

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO ESTADO-MAIOR CONJUNTO**

2019/2020



TII

**INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA *VERSUS* INFORMAÇÕES POLICIAIS:
COMPLEMENTARIDADE OU SOBREPOSIÇÃO?**

**O TEXTO CORRESPONDE AO TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM, DOUTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA.**

**Adriano José Sousa Fortes
MAJ CAV GNR**



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA *VERSUS*
INFORMAÇÕES POLICIAIS: COMPLEMENTARIDADE
OU SOBREPOSIÇÃO?**

MAJ CAV GNR Adriano José Sousa Fortes

Trabalho de Investigação Individual do CEMC

Pedrouços 2020



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA *VERSUS*
INFORMAÇÕES POLICIAIS: COMPLEMENTARIDADE
OU SOBREPOSIÇÃO?**

MAJ CAV GNR Adriano José Sousa Fortes

Trabalho de Investigação Individual do CEMC

Orientador: COR CAV GNR Pedro Manuel Sequeira Estrela Moleirinho

Coorientador: TCOR INF GNR Paulo Jorge André Serra

Pedrouços 2020



Declaração de compromisso Antiplágio

Eu, **Adriano José Sousa Fortes**, declaro por minha honra que o documento intitulado “**Informações de Segurança *versus* Informações Policiais: complementaridade ou sobreposição?**”, corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do **Curso Estado-Maior Conjunto 2019/2020** no Instituto Universitário Militar, e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, 8 de maio de 2020

Adriano José Sousa Fortes

MAJ CAV GNR



Agradecimentos

Nesta longa viagem académica que terminou com esta investigação, caminhei sempre com a firme certeza de que apenas acabaria com o apoio de todos aqueles que me rodeiam, não só pelo seu conhecimento e saber, mas sobretudo pela ajuda e incentivo em transpor os inumeráveis obstáculos. Este trabalho ficaria imperfeito, se não deixasse o justíssimo agradecimento a todos.

As minhas primeiras palavras vão, obrigatoriamente, para as pessoas que mais amo, a minha esposa, Susana, e os meus dois filhos, Ana Filipa e Eduardo. Nesta jornada foram o meu grande apoio, pelo amor que sempre manifestaram e pela compreensão que sempre tiveram em relação às minhas ausências e às minhas presenças ausentes, como no período que Portugal se encontrava em *Estado de Emergência*, devido ao surto pandémico de COVID-19. *Mil e uma desculpas e um grandioso obrigado!*

Ao meu orientador, Coronel Pedro Moleirinho, pela pronta disponibilidade manifestada desde o primeiro momento, pela amizade, compreensão e incentivo ao longo da realização desta investigação. O meu profundo reconhecimento e agradecimento.

Ao meu coorientador, Tenente-Coronel Paulo Serra, os meus sinceros agradecimentos, por me ter apoiado na realização desta investigação, pela sua total disponibilidade, rigor científico e metodológico, que me permitiu atingir o objetivo a que me propus.

Aos entrevistados, Prof. Dr. Rui Pereira e Superintendente-chefe da Polícia de Segurança Pública, Pedro Clemente, um especial agradecimento pela partilha das experiências e dos sábios conhecimentos sobre o Sistema de Informações de Segurança e Policiais em Portugal.

Ao meu camarada e amigo Major Bruno Ribeiro pela amizade e pelas longas conversas e troca de ideias sobre este tema e ainda pelos conselhos com que sempre pude contar.

Por último, um agradecimento ao Diretor do Curso de Estado-Maior Conjunto, Capitão-de-mar-e-guerra Luís Jimenez e aos meus camaradas de curso, sem exceção, pela partilha diária de bons momentos e o apoio para superar as dificuldades.

A todos, bem hajam!



Índice

1. Introdução	1
2. Enquadramento teórico	5
2.1. Enquadramento legal	5
2.2. Base conceptual	7
2.2.1. Informações	7
2.2.2. Terrorismo	9
2.2.3. Complementaridade	10
2.2.4. Sobreposição	11
3. Informações de Segurança	12
3.1. Limites legais na produção de Informações de Segurança	13
4. Informações Policiais.....	16
4.1. Limites legais na produção de Informações Policiais.....	18
5. Enquadramento metodológico	21
5.1. Metodologia	21
5.2. Percurso da investigação.....	22
6. Apresentação, análise e discussão dos resultados.....	24
6.1. Análise de Discussão dos resultados	25
7. Conclusões	29
Bibliografia.....	32
Referências Legais.....	35

Índice de Apêndices

Apêndice A - Modelo de análise	Apd A-1
Apêndice B - Problemática e dimensões usadas nas entrevistas	Apd B-1
Apêndice C - Codificação e segmentos de resposta das entrevistas.....	Apd C-1
Apêndice D - Respostas por entrevistado e segmento de resposta identificado.....	Apd D-1

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Resultados questão A.1.	25
Tabela 2 - Resultados questão A.2.	25
Tabela 3 - Resultados questão A.3.	26
Tabela 4 - Resultados questão B.1.....	26



Tabela 5 - Resultados questão B.2.....	27
Tabela 6 - Resultados questão B.3.....	27
Tabela 7 - Resultados questão B.4.....	28

Índice de Quadros

Quadro 1 - Painel de entrevistados	24
Quadro 2 - Problemática, dimensão, tópico/pergunta e informação pretendida	Apd B-1
Quadro 3 - Problemática, perguntas e segmentos de resposta.....	Apd C-1
Quadro 4 - Problemática, perguntas e segmentos de resposta (GNR/PSP/PJ/SIS/UCAT)	Apd C-2
Quadro 5 - Entrevistado, excerto da resposta e segmento identificado.....	Apd D-1



Resumo

Com a presente investigação, procuramos analisar se as informações produzidas pelos Serviços de Informações de Segurança, ou seja, informações que contribuam para a salvaguarda da segurança interna e a prevenção da sabotagem, do terrorismo, da espionagem, e, as informações produzidas pelas Forças Policiais, decorrentes da sua atividade, com vista a prevenir ações e fenómenos criminais, tornando as suas operações mais eficazes face a novos perigos e ameaças, se complementam ou se sobrepõem, face ao fenómeno do terrorismo.

O percurso de investigação desenvolveu-se em função do objeto em análise, ou seja, as Informações de Segurança e as Informações Policiais, assumindo um papel orientador de todo o processo, adotou-se uma tipologia de investigação aplicada, seguindo no desenvolvimento da investigação uma metodologia de raciocínio dedutivo e assente numa estratégia de investigação qualitativa, tendo este ensaio sido repartido em três etapas sob a forma de sete capítulos, sustentado em análise documental e em entrevistas semiestruturadas.

Como corolário desta investigação e principal contributo para o conhecimento, este ensaio revela-se pertinente para os Serviços de Informações e para as Forças de Segurança, em Portugal, na medida que aprofundamos e desenvolvemos um tema controverso e sensível, as Informações, concretamente as Informações de Segurança e as Informações Policiais, e que relativamente ao fenómeno do terrorismo estas se complementam, apesar das suas fontes de pesquisa e recolha de dados, notícias e informações serem distintas.

Palavras-chave

Informações; Informações de Segurança; Informações Policiais; Terrorismo; Complementaridade.



Abstract

With the present investigation, we seek to analyse the complementarity or overlap regarding the phenomenon of terrorism of the intelligence produced by the Security Services, that is, intelligence which contributes to the safeguarding of internal security and the prevention of sabotage, terrorism, and espionage, and the intelligence produced by the Police Forces, resulting from their activity, with a view to preventing criminal activity and phenomena, making their operations more effective facing of new risks and threats.

The research path was developed according to the object under analysis, that is Security Intelligence and Police Intelligence, assuming a guiding role in the whole process, was adopted a typology of applied research, following the development of the research with a deductive reasoning methodology and based on a qualitative research strategy, this essay was divided into three stages in the form of seven chapters, supported by document analysis and semi-structured interviews .

As a corollary of this investigation and main contribution to knowledge, this work proves to be relevant for the Intelligence Services and Security Forces in Portugal, as we deepen and develop a controversial and sensitive subject, the Intelligence's, specifically the Security and Police Intelligence, and that in relation to the phenomenon of terrorism, they complement each other, despite their different sources of research and collection of data, news and information.

Keywords

Information; Security Information; Police Information; Terrorism; Complementarity.



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

art.º	Artigo
CEDN	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CEMC	Curso Estado-Maior Conjunto
CPP	Código de Processo Penal
CRP	Constituição da República Portuguesa
FDUNL	Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa
FSS	Forças e Serviços de Segurança
GNR	Guarda Nacional Republicana
ISCPSI	Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
LOIC	Lei de Organização da Investigação Criminal
LQSIRP	Lei Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa
LSI	Lei de Segurança Interna
n.º	Número
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>
OE	Objetivo Específico
OG	Objetivo Geral
OPC	Órgão de Polícia Criminal
PJ	Polícia Judiciária
PSP	Polícia de Segurança Pública
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
RGPD	Regulamento Geral de Proteção de Dados
RJAE	Regime Jurídico das Ações Encobertas
SGSIRP	Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa
SI	Segurança Interna
SIED	Serviço de Informações Estratégicas de Defesa



SIRP	Sistema de Informações da República Portuguesa
SIS	Serviço de Informações de Segurança
SSI	Sistema de Segurança Interna
TC	Tribunal Constitucional
TII	Trabalho de Investigação Individual
UCAT	Unidade de Coordenação Antiterrorismo
USA	<i>United States of America</i>



1. Introdução

A imprevisibilidade e a crescente natureza das novas ameaças, a disrupção informacional causada pelo excesso ou falta de informação, bem como a necessidade de o decisor ser esclarecido antes de decidir, são alguns dos fatores que proporcionam à atividade de informações um valor acrescido.

Graça (2004, p. 430) afirma que para qualquer Estado-Nação, sobretudo para uma pequena potência como Portugal, as informações são um elemento vital, “face ao grau de variedade tanto de ameaças como de desafios com que somos confrontados na evolução da conjuntura internacional.”

As atividades relacionadas com Segurança e Informações, assumem extrema importância nos dias de hoje, sobretudo pelo papel que desempenham no apoio aos decisores, quer ao nível dos decisores privados, quer ao nível dos decisores estatais, cujas organizações se encontram num contexto de elevada complexidade e incerteza, pelas permanentes ameaças e pela forte e contínua evolução.

Alves (2012, p. 193), refere que “vivemos num mundo rico em informação, com dados disponíveis em quantidades sem precedentes e com fluxos a velocidades antes impensáveis, tudo em crescimento”, pelo que podemos referir que as Informações têm vindo a assumir um papel de destaque no mundo.

Segundo Rolington (2013, p. 18), as informações devem permitir um conhecimento de uma dada realidade, fazendo análise do presente e de factos passados, de forma a chegar a convicções, devidamente consubstanciadas e validadas, que permitam aferir as intenções, as ações e as potenciais ameaças que podem representar. As informações com base nesta premissa podem, inclusivamente, conter previsões e cenários preditivos, devendo possuir para isso um sistema e serviços de informações adaptados à sua realidade.

Para Ferreira (2007, p. 73) num Estado de direito democrático, os serviços de informações “inscrevem-se necessariamente nos limites da instrumentação jurídica expressa e oferecem-se, neutros, à tutela do poder democraticamente estabelecido, segundo a visão de que as informações, ao darem significado, emancipam da conjuntura e, ao criarem conhecimento com a exclusão de terceiros, conferem poder”, integrando “a estrutura administrativa central do Estado tendo como escopo principal prevenir e detetar ações disruptivas da normalidade da vida em sociedade ou a afetação de interesses essenciais ao funcionamento do Estado” (Pereira & Feiteira, 2015a, p. 448).



De acordo com a Lei Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa¹ (LQSIRP), compete ao Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP) assegurar a produção de informações necessárias à salvaguarda de independência nacional e à garantia da segurança interna.

O SIRP² é constituído pelo Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED) e pelo Serviço de Informações de Segurança (SIS), em que ao SIED compete a “produção de informações que contribuam para a salvaguarda da independência nacional, dos interesses nacionais e da segurança externa...” e ao SIS compete a “produção de informações que contribuam para a salvaguarda da segurança interna e a prevenção da sabotagem, do terrorismo, da espionagem...” sendo este responsável pela produção de informações de segurança.

De acordo com Clemente (2005, p. 373 e 374), compete ao SIS “o exercício de funções relativas à produção de informações de segurança interna”, em que perante a ordem jurídica portuguesa, “jamais assumem a natureza de polícia de investigação criminal embora possam produzir informações com interesse para o cumprimento das missões das Forças e demais Serviços de Segurança, no domínio da prevenção e até da investigação criminal, sobretudo no que tange ao terrorismo, à criminalidade violenta e ao tráfico de seres humanos”.

Desconhecendo a fronteira entre as Informações de Segurança e as Informações Policiais, decorre desta problemática um manancial de interrogações que importa clarificar. Neste sentido, procura-se analisar se estas se complementam ou se sobrepõem, face ao fenómeno do terrorismo, podendo revelar-se pertinente para os Serviços de Informações e para as Forças de Segurança, em Portugal.

O presente Trabalho de Investigação Individual (TII) está subordinado ao tema: “Informações de Segurança *versus* Informações Policiais: complementaridade ou sobreposição?”, em que o objeto de investigação são as Informações em contexto nacional e sendo um tema abrangente limitar-se-á a investigação ao fenómeno do Terrorismo.

De acordo com o objeto de investigação definido, a investigação será delimitada nos domínios de tempo, espaço e conteúdo (Santos & Lima, 2019, p. 42). Em termos temporais, o estudo circunscreve-se no período pós 11 de setembro de 2001 até à atualidade, uma vez que é após este evento que a atividade de informações do Estado passou a ser encarada com

¹ Cf. n.º 2 do art.º 2.º da Lei Orgânica n.º 4/2004, de 6 de novembro (LQSIRP).

² Cf. art.º 20.º e art.º 21.º da LQSIRP.



mais determinação, sendo um sinal claro da importância e do relevo que deve ser dado à proteção dos valores do Estado (Gouveia, 2015, p. 179). Em termos espaciais, iremos abordar o tema do ponto de vista nacional, considerando o território onde os serviços de informações e as forças de segurança, desenvolvem a sua atividade. Quanto ao conteúdo, a presente investigação ir-se-á focar na temática das Informações, assente na sua atividade e produção, nomeadamente na produção de informações de segurança e na produção de informações policiais em território nacional, cingindo-se ao fenómeno terrorista.

Nesta senda, o objetivo geral (OG) desta investigação será analisar se as Informações de Segurança e as Informações Policiais são complementares ou se sobrepõem. Para ser possível alcançar o OG da investigação, torna-se necessário atingir os seguintes objetivos específicos (OE):

- OE 1 – Identificar os limites das Informações de Segurança;
- OE 2 – Identificar os limites das Informações Policiais.

Assumindo-se como elemento fundamental da definição deste percurso, o problema em investigação, pois dele derivam a formulação da questão central (QC) e respetivas questões derivadas (QD), consideradas elementos chave deste processo (Santos & Lima, 2019). Assim sendo, a QC que concorre diretamente para o OG da investigação é: “As Informações de Segurança e as Informações Policiais complementam-se ou sobrepõem-se?”. A partir do OG e dos respetivos OE, atendendo à QC, surgem as seguintes QD:

- QD 1 – “Quais os limites legais dos atores no Processo de Produção de Informações de Segurança?”;
- QD 2 – “Quais os limites legais dos atores no Processo de Produção de Informações Policiais?”.

Assim, desenvolveu-se em função das questões identificadas (central e derivadas), o percurso de investigação. Pretendeu-se assumir uma tipologia de investigação aplicada, seguindo uma metodologia de raciocínio dedutivo, assente numa estratégia de investigação qualitativa consubstanciada num desenho de pesquisa estudo de caso (Santos & Lima, 2019).

A presente investigação, orientada pelo objeto de estudo, foi repartida em três etapas, sob a forma de sete capítulos. Numa primeira fase, procura-se enquadrar legalmente o objeto de estudo e identificam-se os conceitos base que permitiram enquadrar e delimitar a investigação. Os capítulos subsequentes, são dedicados às Informações de Segurança e às Informações Policiais, respetivamente, uma vez que são o objeto central da investigação. No capítulo seguinte, procuramos enquadrar o estudo nos aspetos essenciais referentes ao



enquadramento metodológico, em que se apresenta o modelo de análise da presente investigação e explica-se a metodologia de investigação utilizada. Por fim, efetua-se a apresentação, análise e discussão dos resultados obtidos no trabalho de campo, cruzando-os com a análise documental desenvolvida nos capítulos anteriores. Nas conclusões, apresentam-se as reflexões finais da investigação, apontando respostas para a problemática em estudo, identificando limitações, constrangimentos e propostas de investigação futuras.



2. Enquadramento teórico

Neste capítulo procura-se apresentar o enquadramento legal sobre o tema em estudo e identificar os conceitos que permitem enquadrar e delimitar a investigação, tais como, o conceito de Informações, Informações de Segurança, Informações Policiais, Terrorismo, Complementaridade e Sobreposição.

2.1. Enquadramento legal

Quanto ao enquadramento legal que suporta a temática das Informações em Portugal, nomeadamente durante a fase de pesquisa (recolha de dados e notícias), pelo SIS e pelas Forças e Serviços de Segurança (FSS), no âmbito da Segurança Interna (SI), identificamos como indispensáveis os seguintes diplomas legais em que esta temática assenta: o Código de Processo Penal (CPP); a LQSIRP; a Lei Orgânica do Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa³ (SGSIRP) do SIED e do SIS; a Lei de Segurança Interna⁴ (LSI); a Lei Orgânica que regula o procedimento especial de acesso a dados de telecomunicações e *Internet* pelos oficiais de informações do SIS e do SIED⁵; o Regulamento Geral de Proteção de Dados⁶ (RGPD); a Lei relativa ao tratamento de dados pessoais para efeitos de prevenção, deteção, investigação ou repressão de infrações penais ou de execução de sanções penais⁷; e a Lei de Combate ao Terrorismo⁸.

De acordo com a LQSIRP⁹, é aos serviços de informações que compete assegurar a produção de informações essenciais à preservação da segurança interna e externa, e ainda à independência dos interesses nacionais, bem como à unidade e integridade do Estado, prevendo ainda o mesmo diploma legal¹⁰ que relativamente às atividades de pesquisa, processamento e difusão de informações não podem ser desenvolvidas quando, envolvam ameaça ou ofensa aos direitos, liberdades e garantias consignados na Constituição e na lei, e os serviços de informações em matéria de defesa dos direitos, liberdades e garantias perante a informática, ficam sujeitos a todas as restrições legalmente estabelecidas.

De acordo com a Lei Orgânica do SGSIRP, o SIS é único serviço incumbido por produzir informações essenciais, com o propósito em garantir a segurança interna e prevenir

³Cf. Lei n.º 50/2014, de 13 de agosto (alteração à Lei n.º 9/2007, de 19 de fevereiro).

⁴Cf. Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto.

⁵Cf. Lei Orgânica n.º 4/2017, de 25 de agosto.

⁶Cf. Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto.

⁷Cf. Lei n.º 59/2019, de 8 de agosto.

⁸Cf. Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto.

⁹Cf. n.º 2 do art.º 2.º da LQSIRP.

¹⁰Cf. art.º 3.º da LQSIRP.



a prática de atos que, pela sua natureza, possam alterar ou destruir o Estado de direito constitucionalmente estabelecido, como é o caso da sabotagem, o terrorismo e a espionagem.

De acordo com o n.º 1 do art.º 1.º, da LSI¹¹, “a segurança interna é a atividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática”. As medidas de coordenação e cooperação previstas no mesmo diploma legal, encontram-se no n.º 2 do art.º 6.º, em que “as forças e os serviços de segurança cooperam entre si, designadamente através da comunicação de informações que, não interessando apenas à prossecução dos objetivos específicos de cada um deles, sejam necessárias à realização das finalidades de outros, salvaguardando os regimes legais do segredo de justiça e do segredo de Estado.” É também na LSI, concretamente no n.º 2 do art.º 25.º que se define a composição e competências do Sistema de Segurança Interna (SSI), em que o SIS e as FSS, entre outros exercem funções de segurança interna.

A Lei Orgânica que regula o procedimento especial de acesso a dados de telecomunicações e *Internet* pelos oficiais de informações do SIS e do SIED¹², estabelece limitações a esses de serviços, nomeadamente, “os oficiais de informações do SIS e do SIED podem ter acesso a dados de base e de localização de equipamento para efeitos de produção de informações necessárias à salvaguarda da defesa nacional, da segurança interna e da prevenção de atos de sabotagem, espionagem, terrorismo, proliferação de armas de destruição maciça e criminalidade altamente organizada e no seu exclusivo âmbito”, sendo ainda referido que “os oficiais de informações do SIS e do SIED apenas podem ter acesso a dados de tráfego para efeitos de produção de informações necessárias à prevenção de atos de espionagem e do terrorismo.”

O RGPD, de acordo com o n.º 3 do art.º 2.º, “não se aplica aos ficheiros de dados pessoais constituídos e mantidos sob a responsabilidade do Sistema de Informações da República Portuguesa” regendo-se por disposições legais específicas¹³. No entanto, a Lei relativa ao tratamento de dados pessoais para efeitos de prevenção, deteção, investigação ou

¹¹ Cf. Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto.

¹² Cf. Lei Orgânica n.º 4/2017, de 25 de agosto.

¹³ Cf. Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto.



repressão de infrações penais ou de execução de sanções penais¹⁴, de acordo com o art.º 1.º, “estabelece as regras relativas à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas autoridades competentes para efeitos de prevenção, deteção, investigação ou repressão de infrações penais ou de execução de sanções penais, incluindo a salvaguarda e a prevenção de ameaças à segurança pública.”

Por último, a Lei de Combate ao Terrorismo¹⁵, que de acordo com art.º 1.º “(...) tem como objeto a previsão e a punição dos atos e organizações terroristas, em cumprimento da Decisão Quadro n.º 2002/475/JAI, do Conselho, de 13 de junho, relativa à luta contra o terrorismo.”

2.2. Base conceptual

Neste percurso pretende-se assegurar que o contexto de Estudos de Segurança serve de plano de fundo e farol à investigação em apreço, assegurando o necessário enquadramento ao nível dos conceitos de Informações, Informações de Segurança, Informações Policiais, Terrorismo, Complementaridade e Sobreposição, olhando à sua evolução numa perspetiva global e complexa, atendendo à dimensão nacional.

No entanto, sendo as Informações de Segurança e Informações Policiais o objeto central da investigação, iremos desenvolver e aprofundar estes conceitos no terceiro e quarto capítulos, respetivamente. Todavia, deixamos aqui sinteticamente os conceitos por nós adotados na presente investigação. Assim como conceito de Informações de Segurança, as informações que contribuem para a salvaguarda da segurança interna e que previnem ações de sabotagem, terrorismo, espionagem ou crime organizado, e pela prática de atos que, pela sua essência, possam alterar ou destruir o Estado. As Informações Policiais, são informações que compreendem diversas atividades das polícias, ou seja, são informações instrumentais da atividade das Forças Policiais, com vista a prevenir ações e fenómenos criminais e tornar mais eficaz as operações policiais face ao aumento e agravamento de perigos e ameaças.

2.2.1. Informações

Não são meros dados ou notícias contextualizadas, as informações, são elementos de conhecimento estruturados e organizados em quadros interpretativos, através de raciocínios que acrescentam a estrutura de sentido à relação causal. “São produzidas através de um

¹⁴Cf. Lei n.º 59/2019, de 8 de agosto.

¹⁵Cf. Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto.



método próprio e preservadas da atenção e conhecimento de terceiros” (Treverton *cit.* Ferreira, 2007, p. 69).

Segundo Brodeur *cit.* (Alves, 2012, p. 80), “Informações corresponde a um conjunto de informações/notícias/dados que obedecem a finalidades inscritas num processo conflitual (...) É evidente que a acumulação de notícias/dados obedece também a princípios de seleção no quadro de uma pesquisa científica.”

No entanto, “os dados e notícias não são tecnicamente informações, embora também não sejam informação sem significado; são informação antes do significado, mas já indicam sentido na justificação da sua segmentação e seleção, o que confere às tarefas de pesquisa uma dignidade própria que emula das tarefas de análise e que justifica a existência de especial formação técnica dos seus agentes, obrigados a fazer no terreno, apesar do planeamento prévio, observações e avaliações em tempo escasso” (Ferreira, 2007, p. 70).

Bispo (2004, p. 78) refere que Informações assume diversas designações “significando serviços, produtos e processos, em termos gerais, não pode ser confundida com Informação.” Assim, o conjunto dos dados contextualizados, relacionados com o espaço, o tempo, o cenário da ação, é Informação. Mas esta, “só por si, não dá sentidos a atingir, assim como a oportunidade de aplicação do seu esforço.” Afirmando ainda que as Informações “consistem na análise da informação no sentido da obtenção de conhecimento, constituem-se como patamar acima da informação, como o trabalho efetuado sobre os dados para lhes dar sentido no quadro dos propósitos a quem ele serve, seja o Estado, numa unidade militar ou uma empresa. É a compreensão da informação relacionada, organizada e contextualizada.”

Para Clemente (2005, p. 372), “(...) os étimos de informação e informações representam conceitos distintos; recentemente, por influência da comunidade anglo-saxónica, o vocábulo inteligência tem vindo a ser preferido em detrimento do étimo informações.” O mesmo autor refere que a “informação traduz o conjunto de dados contextualizados no espaço, no tempo e no cenário de ação”, contudo as “informações exprimem o sistema de recolha, de análise e de processamento de informação, para obter um conhecimento acrescido de certa situação – a inteligência é a informação relacionada, sistematizada e contextualizada.”

“As informações, entendidas como um conjunto de elementos disponíveis, devidamente «recortados», valorados e interpretados, representam um instrumento de auxílio à tomada de decisão política, de natureza estratégica e tática, e uma garantia na defesa



dos valores estruturantes do Estado de Direito Democrático” (Pereira & Feiteira, 2015b, p. 340).

Gonçalves *cit.* por (Gouveia, 2018, p. 701), refere que não se deve desvalorizar as restantes “categorias de informações que, não sendo estratégicas ou de Estado, servem um propósito de auxílio à decisão que deva ser tomada pelos órgãos públicos”, mencionando as Informações Militares, as Informações Policiais e as Informações Criminais, como sendo as mais relevantes e que têm pontos de contacto com o SIRP.

Assim, nesta investigação entendemos adotar como conceito de Informações, o resultado da integração de informação, de notícias e dados, depois de devidamente processados e analisados a fim de ser obtido conhecimento.

2.2.2. Terrorismo

O conceito de terrorismo não é de fácil definição ou caraterização e “está longe de gerar consenso” (Fernandes, 2004, p. 9). “*There are as many definitions for the word terrorism as there are methods of executing it*” (Kushner, 2003, p. 359).

Laqueur *cit.* por (Fernandes, 2004, p. 14), caracterizava o terrorismo “como a ameaça ou o uso efetivo da violência subestatal com o objetivo de espalhar o pânico na sociedade e forçar a mudança política.” No entanto, Fernandes (2004, p. 14), define terrorismo como “a utilização, real ou potencial, da violência sobre determinadas entidades com o objetivo de explorar os efeitos psicológicos da mesma, enquanto geradora de influência e poder na promoção da mudança política, ou de políticas, num contexto nacional ou transnacional.”

A definição mais abrangente e aglutinadora do conceito parece ser a do terrorismo ser a utilização de técnicas de terror entre e contra civis, visando objetivos que ultrapassam as vítimas resultantes, designadamente objetivos políticos (Ganor, 2011).

Segundo Ferreira *cit.* por (Costa, 2016, p. 31), refere que “atualmente, o conceito de terrorismo é «um conceito dinâmico» que tem em conta não só a sua evolução histórica, mas também a variedade de formas de atuar em função do espaço cultural ou civilizacional no mesmo instante da história.” O mesmo autor “associa ao termo terrorismo o recurso à violência ou ameaça contra alvos civis, cujos atos planeados, calculados e sistemáticos integram toda uma atividade com objetivo político.”

A dificuldade para muitos autores e especialistas na temática do terrorismo, designadamente na definição e caraterização do fenómeno em si, determinou uma frase



muito comum, um homem terrorista é o lutador da liberdade de outro homem¹⁶, pois aos olhos de quem perpetua o ataque, é visto como ato de libertação e/ou afirmação da sua ideologia, ao invés da visão do destinatário do ataque que o encara como ato terrorista.

Ao longo dos anos o número de organizações terroristas e respetivas ações têm aumentado exponencialmente, de tal modo que hoje é raro passar uma semana ou mesmo alguns dias sem o conhecimento de uma ação terrorista em qualquer parte do mundo e tem um “impacto altamente desestabilizador” de acordo com o parágrafo 3.1 do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN).

Assumindo uma contextualização internacional da ameaça terrorista, Romana (2004, p. 261) caracterizou o seu combate como uma “quase política externa.” A Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) define o terrorismo como o “uso ilegítimo ou a ameaça de uso da força ou violência contra indivíduos ou bens na tentativa de coagir ou intimidar governos ou sociedades a atingir objetivos políticos, religiosos ou ideológicos” (NATO, 2016). Em Portugal, e de acordo com art.º 2.º da Lei de Combate ao Terrorismo¹⁷, está consubstanciada a definição de Grupo, Organização ou Associação Terrorista como sendo “todo o agrupamento de duas ou mais pessoas que, atuando concertadamente, visem prejudicar a integridade e independência nacionais, impedir, alterar ou subverter o funcionamento das instituições do Estado (...) intimidar certas pessoas, grupos de pessoas ou a população em geral.”

Assim, nesta investigação entendemos adotar como conceito de terrorismo, a ação concertada de duas ou mais pessoas que, procurem prejudicar a integridade e independência nacionais, impedir, alterar ou subverter a atividade dos Órgãos do Estado e procurem ainda intimidar a população, provocar medo e pânico, recorrendo à prática de crimes violentos e graves.

2.2.3. Complementaridade

O conceito de complementaridade, segundo o dicionário infopédia da língua portuguesa, é a qualidade de complementar, estando subjacente a subsidiariedade, o reforço, o apoio e a corroboração. Por conseguinte, “complementar” é definido como o que completa, que é ou serve de complemento e ainda, o que se segue ao elementar afim de se tornar completo (Porto Editora, 2019).

¹⁶ “*one man’s terrorist is another man’s freedom fighter*” (Kushner, 2003, p. 359).

¹⁷ Cf. Lei n.º 52/2003, de 22 de Agosto.



Tal como decorre da LSI, a cooperação institucional (partilha de informações), quer ao nível político, quer ao nível técnico-operacional, deverá concorrer para uma melhor cobertura das situações, bem como a promoção e partilha de responsabilidade nos diferentes patamares. A política de relacionamento do SIS é realizada tendo em conta dois objetivos, “a obtenção de informações fidedignas sobre fenómenos suscetíveis de se constituírem como ameaça à segurança interna e nacional”, e ainda “a complementaridade, ao nível de informações de segurança, através do intercâmbio de informações sobre fenómenos que afetam, de forma idêntica, a segurança dos países que mantêm relações com Portugal” (SIS, 2019).

Assim nesta investigação entendemos adotar o seguinte conceito de complementaridade, consistindo na obtenção de informações idênticas, em que através da troca e partilha das mesmas poder-se-á reforçar e tornar mais completas essas informações.

2.2.4. Sobreposição

O conceito de Sobreposição, segundo o dicionário infopédia da língua portuguesa, é o ato ou efeito de sobrepor ou sobrepor-se e ainda, a colocação de uma coisa sobre a outra. Por conseguinte, sobrepor é definido como, “pôr em cima ou por cima de”, acrescentar, adicionar, juntar, considerar mais importante, antepor ou dar preferência. Como verbo pronominal, poderá ter a interpretação de acumular-se em camadas sucessivas, seguir-se cumulativamente, elevar-se acima de, revelar-se mais importante, sobrevir ou suceder (Porto Editora, 2019).

Assim nesta investigação entendemos adotar o seguinte conceito de sobreposição, consistindo na obtenção de informações idênticas, o considerar as mais importantes ou preferenciais, estabelecendo uma hierarquia ou a sucessão das mesmas.



3. Informações de Segurança

Neste capítulo iremos desenvolver e aprofundar o objeto das Informações de Segurança, procurando identificar os limites legais dos atores que produzem este tipo de informações em Portugal.

O SIRP é uma “estrutura orgânica de serviços públicos que têm por incumbência, em regime de exclusividade e no quadro democrático do Estado de Direito, a produção de informações necessárias à salvaguarda da independência nacional e à garantia de segurança interna” (Ferreira, 2007, p. 67).

Tal como já referido, ao SIRP compete assegurar a produção de informações essenciais com a desígnio da salvaguarda da independência nacional e da garantia da segurança interna, sendo constituído pelo SIED e pelo SIS, sendo a este último serviço que compete a produção de informações que “contribuam para a salvaguarda da segurança interna e a prevenção da sabotagem, do terrorismo, da espionagem”, ou seja a produção de informações de segurança, art.º 20.º e art.º 21.º da LQSIRP¹⁸, respetivamente.

Ferreira (2007, p. 83) refere que “os serviços integrados no SIRP estão sujeitos, no desenvolvimento das suas atividades, aos princípios da tipicidade funcional e da contenção operacional”, ou seja, estes “só podem produzir informações através das competências formalmente outorgadas em conexão com as suas atribuições específicas”, afirmando ainda que “as atividades que envolvam ofensa ou ameaça aos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, nomeadamente em matéria de utilização da informática” são proibidas, com a prerrogativa do princípio da exclusividade, sendo “proibido que outros serviços prossigam atividades e objetivos idênticos aos dos previstos na lei do SIRP.”

Para Alves (2012, p. 87), as Informações de Segurança “têm carácter defensivo e aplicam-se principalmente no ambiente da segurança interna. São informações sobre a identidade, capacidades, intenções, de organizações e indivíduos hostis que possam estar envolvidos em espionagem, subversão, sabotagem, terrorismo ou crime organizado.”

Percorrendo a legislação portuguesa, são as ações e atividades das FSS que visam a consecução dos fins inerentes à segurança interna. “O universo das Forças de Segurança materializa-se, sobretudo, na Guarda Nacional Republicana e na Polícia de Segurança Pública, ambas polícias administrativas gerais, enquanto, a constelação dos Serviços de Segurança integra a Polícia Judiciária, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e o Serviço de

¹⁸ Cf. Lei Orgânica n.º 4/2004, de 6 de novembro.



Informações de Segurança, classificando-se aquela como polícia judiciária e estas como polícias administrativas especiais” (Clemente P. J., 2005, p. 373).

Clemente (2005, p. 373), refere que o SIS “está excluído do universo policial, por imposição legal” (...) inserindo-se “na esfera da polícia administrativa especial, na vertente preventiva da ordem pública, conquanto tenham relações com o Direito Penal, no domínio da prevenção da ilicitude contra a segurança do Estado. Portanto, o Serviço de Informações de Segurança consiste numa polícia administrativa de informações, dado agir no domínio da prevenção preditiva de certas ameaças aos valores essenciais à vida social e tutelados pela lei, *maxime* a penal: «*Polícia é por definição prevenção do perigo*».”

Ao SIS, “compete o exercício de funções relativas à produção de informações de segurança interna. Enfim, essa atividade visa apoiar o decisor político, no âmbito da política endógena de segurança, maiormente no combate ao terrorismo; na prevenção da criminalidade transnacional, incluindo o tráfico de armas proibidas; na antecipação de desordens incívicas, protagonizadas pelos adeptos quezilentos de clubes desportivos, nacionais e estrangeiros (*hooligans*)” (Clemente P. J., 2005, p. 373). O mesmo autor (2005, p. 374) salienta que os serviços de informações, perante a ordem jurídica portuguesa, “jamais assumem a natureza de polícia de investigação criminal embora possam produzir informações com interesse para o cumprimento das missões das Forças e demais Serviços de Segurança, no domínio da prevenção e até da investigação criminal, sobretudo no que tange ao terrorismo, à criminalidade violenta e ao tráfico de seres humanos.”

Em suma, o SIS “nunca se reveste da qualidade de órgão de polícia criminal”, a fim de ser evitada a “confusão entre a produção de informações e a investigação criminal”, sendo imposto pelo legislador que esse serviço, deverá comunicar os “factos configuráveis como ilícito criminal às entidades competentes para a investigação criminal”, devendo “terminar a sua missão no preciso limite em que começa a missão da Polícia Judiciária (Clemente P. J., 2005, p. 374).

3.1. Limites legais na produção de Informações de Segurança

Como vimos ao longo deste capítulo, compete ao SIS a produção de Informações de Segurança. No entanto toda a atividade de pesquisa, recolha, análise, interpretação e difusão de informações, além de estar sujeita ao dever de sigilo, princípio do sigilo, regula-se por um conjunto de princípios materializando-se em limitações da atividade.

Nesta senda, tal como refere Gouveia (2018, p. 706 e 707), temos o princípio da constitucionalidade e da legalidade, não podendo ser desenvolvidas atividades envolvendo



a ameaça ou ofensa aos direitos, liberdades e garantias previstas na Constituição da Republica Portuguesa (CRP) e nos demais diplomas legais¹⁹, bem como ficando sujeitos a todas as restrições legalmente estabelecidas em matéria de defesa dos direitos, liberdades e garantias perante a informática²⁰; o princípio da especialidade e da restrição funcional, podendo apenas desenvolver atividades de pesquisa e tratamento das informações respeitantes às suas atribuições específicas, estando vedado o exercício de poderes, a prática de atos ou desenvolvimento de atividades da competência específica das autoridades judiciais (tribunais e Ministério Público) ou das entidades com funções policiais, nomeadamente a proibição de instrução de inquéritos e processos penais, bem como proceder à detenção de qualquer indivíduo²¹.

R. Pereira (entrevista presencial, 11 de março de 2020) salienta que “o CPP estabelece que tudo o que não é proibido é permitido, ou seja, quaisquer meios de prova valem salvo se forem declarados proibidos pela lei²², portanto, temos apenas como limite as proibições de prova que constituem efeitos dos direitos fundamentais, isto é, são corolários de direitos liberdades e garantias, designadamente o direito à liberdade, direito da reserva da vida privada”.

Ainda como limitações da atividade do SIS temos a limitação de acesso a dados e informações, ou seja, o acesso a *metadados*, sendo uma limitação transversal a todos os funcionários e agentes, civis e militares, que exerçam funções policiais, que só poderão ter acesso a dados e informações mediante despacho do competente membro do Governo, sendo ainda proibido o seu uso para outros fins que não os da legalidade democrática ou da prevenção e repressão da criminalidade²³. No entanto, a limitação fundamental prende-se com o acesso a dados de base e de localização de equipamento²⁴, em que o SIS, poderá apenas ter acesso no âmbito da sua atividade, para efeito de produção de Informações de Segurança, a informações necessárias para prevenir atos de sabotagem, espionagem, terrorismo, proliferação de armas de destruição maciça e criminalidade altamente organizada, mas o acesso a informações necessárias para salvaguarda da defesa nacional e

¹⁹ Cf. n.º 1 do art.º 3.º da LQSIRP e n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 50/2014, de 13 de agosto (alteração à Lei n.º 9/2007, de 19 de fevereiro).

²⁰ Cf. n.º 2 do art.º 3.º da LQSIRP.

²¹ Cf. n.º 3 do art.º 3.º e n.º 1 e n.º 2 do art.º 4 da LQSIRP e n.º 2 do art.º 6.º da Lei n.º 50/2014, de 13 de agosto (alteração à Lei n.º 9/2007, de 19 de fevereiro).

²² Cf. art.º 125.º do CPP.

²³ Cf. n.º 1 do art.º 5.º da LQSIRP e art.º 9.º e art.º 43.º da Lei n.º 50/2014, de 13 de agosto (alteração à Lei n.º 9/2007, de 19 de fevereiro).

²⁴ Cf. art.º 3.º da Lei Orgânica n.º 4/2017, de 25 de agosto.



da segurança interna, foi declarada inconstitucional pelo Tribunal Constitucional (TC), por violação de normativos constitucionais²⁵, porquanto, sendo proibida toda a ingerência das autoridades públicas na correspondência nas telecomunicações e nos demais meios de comunicação, salvo os casos legalmente previstos em matéria de processo criminal²⁶.

Outra grande limitação no âmbito do SIS, tal como refere R. Pereira (*op.cit.*) é o recurso “embora de forma indireta, a ações encobertas”, não tendo “o mesmo sentido nem a mesma cobertura legal que as ações encobertas dos órgãos de polícia criminal, porque no âmbito da investigação criminal, estas ações contêm expressa autorização, de acordo com princípios de necessidade, adequabilidade e proporcionalidade”. No entanto, segundo o Regime Jurídico das Ações Encobertas (RJAE), compete à Polícia Judiciária (PJ) o controlo dessas ações encobertas, para prevenção criminal, bem como ao Juiz de Instrução Criminal, mediante proposta do Ministério Público, conceder a respetiva autorização²⁷.

“Atualmente, não faz qualquer sentido os serviços não poderem realizar ações encobertas/infiltradas em cooperação com a PJ (que é a coordenadora por excelência destas ações), porque a criminalidade e a sofisticação desta evoluiu tanto (assim como o terrorismo) que faz com que os serviços de informações pareçam por vezes obsoletos” (Teixeira, 2018, p. 66 e 67).

Assim, respondendo à QD 1 - “Quais os limites legais dos atores no Processo de Produção de Informações de Segurança?”, estas limitações pautam-se pela observância e cumprimento dos princípios constitucionais e legais, pelo direito democrático dos direitos, liberdades e garantias, nomeadamente, o princípio da legalidade, ou seja, desenvolver apenas ações permitidas por lei, tal como o acesso a *metadados*, só permitido mediante despacho do competente membro do Governo, com propósito de serem produzidas informações essenciais, de forma a prevenir atos de sabotagem, espionagem, terrorismo, proliferação de armas de destruição maciça e criminalidade altamente organizada, e ainda, o recurso a ações encobertas, devendo estas ser devidamente coordenadas pela PJ. Outra limitação é o princípio da especialidade e da restrição funcional, não podendo no âmbito da sua atividade desenvolver ações da competência específica das autoridades judiciais ou das entidades com funções policiais.

²⁵ Cf. n.º 4 do art.º 34.º da CRP.

²⁶ Cf. Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 403, 2015 e Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 464, 2019.

²⁷ Cf. art.º 1.º e art.º 3.º da Lei n.º 101/2001 de 25 de agosto.



4. Informações Policiais

Neste capítulo iremos desenvolver e aprofundar o tema das Informações Policiais, procurando identificar os limites legais dos atores que produzem este tipo de informações em Portugal.

Informações Policiais “integram uma categoria afim que tem crescido na sua importância, as quais, por sua vez, se podem recortar com base em dois critérios: pela entidade que as produz (as entidades que dispõem de poder policial, servindo a sua atividade); pela natureza do produto obtido (de baixa intensidade e de suporte e instrumento à atividade policial operacional)” (Gouveia, 2018, p. 702).

Clemente *cit.* por (Gouveia, 2018, p. 702), sobre as Informações Policiais, salienta que estas “estão longe de ser clandestinas e são mesmo assumidas pelas diversas corporações policiais, que contemplam departamentos internos para a produção de informações policiais.”

“As informações policiais são todas aquelas destinadas à prossecução direta das missões legalmente atribuídas a serviços de natureza policial, sejam elas de nível estratégico ou operativo” (Torres, 2005, p. 593).

As Informações Policiais dividem-se em: informações de ordem pública que “visam prevenir incidentes de ordem pública e precaver a ocorrência de incivilidades, especialmente a produção de delitos criminais, integrando o conhecimento resultante da atividade pré-processual em sede criminal; informações criminais que “inscrevem-se no âmbito da atividade reportada à investigação criminal”; e contrainformações que “visam impedir a realização de ações de recolha indevida de informação sigilosa” (Clemente P. J., 2010, p. 159).

O conceito de Informações Policiais engloba a noção de informação policial. Esta pode ser definida como “toda a informação disponível relativa a um conhecido e potencial adversário e das ameaças e vulnerabilidades criminais recolhidas durante as atividades de policiamento, operações e investigações” (United States of America [USA], 2010). Moleirinho (2009) refere que a recolha deste tipo de informações torna-se importante, na medida que poder-se-á prevenir perigos através do policiamento preditivo, afastando “incivilidades” e contribuindo para a segurança pública.”

“O conceito de Informações Policiais, ou *intelligence*, pode ser entendido como «o resultado da aplicação de sistemas, tecnologias e processos que analisam os dados e



informação necessários à compreensão da situação e focar a atividade policial para atingir a ordem pública» (USA, 2010).

As Informações Policiais “são um conceito complexo que abarca consciência situacional, introspeção e vantagem estratégica. Permitem, portanto, avaliar os riscos para direcionar a atividade operacional, através da tomada de providências eficazes, sendo usadas num modelo de policiamento designado *intelligence-led policing*” (Comiskey, 2010).

Alves (2012, p. 203) salienta que, as Informações Estratégicas, ou seja, as Informações de Segurança e Informações Militares em Portugal “encontram suportes históricos e jurídicos bastantes para debate e estruturação na procura de eficácia.” No entanto, refere que nas polícias “tem vindo a impor-se a criação de estruturas de Informações Criminais” em que as Informações Policiais, sendo indispensáveis, “vivem tanto sub-reptidamente, numa quase clandestinidade, na sombra da investigação criminal” ainda não conquistaram “suficiente direito de cidadania.”

Refere ainda Alves (2012, p. 87), que as Informações Policiais, abrangem as diversas atividades policiais, estando incluídas nestas as atividades de investigação criminal, com o objetivo de serem implementadas medidas preventivas e melhorada a “eficácia das operações legítimas de polícia face ao agravamento das ameaças.”

Relativamente às informações criminais, estas são o oposto das informações policiais, dado que são utilizadas, essencialmente, na investigação de crimes, supostamente já consumados e que em sede de julgamento constituirão um essencial meio de prova. Neste caso, a informação criminal está orientada para construir e recolher elementos de prova num determinado processo penal, onde o seu foco de atuação não está centrado na prevenção, mas sim na obtenção de meios de prova (Clemente P. , 2012).

Portanto, Alves (2012, p. 87) salienta que se por um lado temos as Informações de Segurança, que “são informações sobre a identidade, capacidades e intenções de organizações e indivíduos hostis que possam estar envolvidos em espionagem, subversão, sabotagem, terrorismo ou crime organizado” previstas e definidas na legislação portuguesa, por outro lado destaca-se que a “investigação criminal não se esgota na obtenção de provas e está longe de preencher as diversas atividades de policiamento.” Referindo ainda que há uma carência visível em aceitar as Informações Policiais como sendo a funcionalidade mais ampla e indispensável das Informações Criminais (Alves, 2012, p. 73).



4.1. Limites legais na produção de Informações Policiais

Ao longo deste capítulo constatamos que, compete às Polícias a produção de informações com vista a prevenir ações e fenómenos criminais e tornar mais eficaz as operações policiais face ao aumento e agravamento de perigos e ameaças. No entanto, tal como sucede, na produção de Informações de Segurança, toda a atividade de pesquisa, recolha, análise, interpretação e difusão das Informações Policiais, estão sujeitas ao dever de sigilo, pautando-se e regulando-se por princípios constituindo as limitações da sua atividade.

Assim, as limitações legais da atividade de produção de informações pelas Forças de Segurança, ou seja, produção de Informações Policiais, estas pautam-se igualmente por princípios constitucionais, pelo direito democrático, dos direitos, liberdades e garantias e pelas regras gerais de polícia, bem como a utilização adequada e proporcional das medidas de polícia²⁸, não podendo ser impostas restrições ou usar meios coercivos além dos estritamente necessários.²⁹

No entanto, refere P. Clemente (entrevista presencial, 12 de março de 2020), “a capilaridade” das Forças Policiais, é muito importante, sendo um dos fatores que suporta a existência das informações policiais. Comparativamente com o SIS, este não dispõe dessa capilaridade, por um lado, e por outro lado não possui nenhuma ligação ao meio aonde as informações primárias são recolhidas. P. Clemente (*op. cit.*) refere ainda, que não nos devemos esquecer “que alguns atos terroristas foram evitados na Europa, devido a esta capilaridade das Forças de Segurança.”

Outras limitações são o recurso a ações encobertas e o acesso a *metadados*, no entanto, contrariamente ao que acontece com o SIS, estas limitações, de uma forma geral encontram-se legitimadas, pelo facto de estarmos perante Forças Policiais, que de acordo com a Lei de Organização da Investigação Criminal (LOIC)³⁰, são consideradas Órgãos de Polícia Criminal (OPC), como é o caso da PJ, Guarda Nacional Republicana (GNR) e Polícia de Segurança Pública (PSP), encontrando-se salvaguardados os aspetos legais destas limitações quando no decurso de uma investigação criminal, podendo serem recolhidos dados, notícias e informação relacionada com determinado fenómeno criminal, como é caso do terrorismo, e não ser matéria que entre no processo, ou seja, segundo P. Clemente (*op. cit.*) “nem toda a

²⁸ Cf. art.º 2.º da LSI (Lei n.º 53/2008 de 29 de agosto).

²⁹ Como a tortura, coação, ofensa da integridade física ou moral, intromissão na vida privada, no domicílio, na correspondência ou nas telecomunicações, etc.

³⁰ Cf. Lei n.º 49/2008 de 27 de agosto.



informação criminal é «processualizada», faz parte do procedimento mas não faz parte do processo”, podendo na nossa opinião ser convertida em Informação Policial, ou seja, “Informação de Segurança Policial.”

Relativamente ao fenómeno do terrorismo, a investigação de organizações terroristas e do terrorismo é da competência reservada da PJ³¹, e tal como refere R. Pereira (*op. cit.*) o “terrorismo não é uma ilha, havendo conexões com outros fenómenos criminais, e essas conexões permitem que, por exemplo, que as informações colhidas a propósito de um crime de falsificação de documentos, possam ser essenciais para a perseguição de um crime de terrorismo e para a investigação criminal”, fazendo com que a partilha de informações bem como a execução de ações pelas entidades com responsabilidades de prevenção e combate a este fenómeno deva ter uma coordenação e articulação exemplar.

Sendo o fenómeno terrorismo uma ameaça difusa e desconhecendo-se a sua origem, Portugal desenvolveu uma estratégia de combate a este fenómeno, designada por Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo³², devidamente alinhada com a estratégia antiterrorista da União Europeia. Possibilitando assim, uma estreita coordenação de todas as entidades, bem como a partilha de informações, foi criada a Unidade de Coordenação Antiterrorismo (UCAT), assumindo-se, conforme o n.º 1 do art.º 2.º do Decreto Regulamentar n.º 2/2016 de 23 de agosto, como um “órgão de coordenação e partilha de informações, no âmbito da ameaça e do combate ao terrorismo, entre as entidades que a integram.” De acordo com o art.º 3.º do mesmo diploma legal, fazem parte desta unidade, todas as FSS, havendo também a possibilidade de serem outras entidades convidadas. Com a criação desta unidade, no que à recolha e partilha de informações diz respeito, tendo em conta as limitações legais dos serviços, concretamente do SIS, podemos considerar que as mesmas estarão ultrapassadas, ou seja, sem desenvolvimento de qualquer ação este serviço ficará na posse de informações decorrentes da atividade desenvolvida pelas polícias, mesmo atividade de investigação criminal.

Assim, respondendo à QD 2 - “Quais os limites legais dos atores no Processo de Produção de Informações Policiais?”, estas limitações pautam-se igualmente, à semelhança das limitações legais dos atores no processo de Informações de Segurança, pela observância e cumprimento dos princípios constitucionais e legais, pelo direito democrático dos direitos,

³¹ Cf. alínea j) do n.º 2 do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 275-A/2000 de 9 de novembro.

³² Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo, aprovada pela resolução do conselho de Ministros n.º 7-A/2015 de 20 de fevereiro.



liberdades e garantias, nomeadamente, o princípio da legalidade, ou seja, desenvolver apenas ações permitidas por lei, no entanto, o facto dos atores que produzem Informações Policiais serem considerados OPC's pela LOIC, como é o caso da PJ, GNR e PSP, o acesso a *metadados* e o recurso a ações encobertas, contrariamente ao que acontece com o SIS, estas limitações, de uma forma geral encontram-se legitimadas, ou seja, no decurso de uma investigação criminal, são recolhidos dados, notícias e informação que não será colocada no processo. No caso do fenómeno do terrorismo, a UCAT permite uma coordenação na resposta adequada, pelas entidades responsáveis pela prevenção e combate a este fenómeno.



5. Enquadramento metodológico

Neste capítulo procura-se apresentar e enquadrar a presente investigação nos aspetos essenciais referentes ao enquadramento metodológico, sendo apresentado o modelo de análise e explicada a metodologia de investigação utilizada.

5.1. Metodologia

O estudo a desenvolver pretende assumir uma tipologia de investigação aplicada, procurando “encontrar uma aplicação prática para os novos conhecimentos” adquiridos ao longo do percurso, consciente de que este emprego, em alguns casos, dificilmente será direto (Santos & Lima, 2019, p. 12).

Neste contexto, a metodologia a seguir baseia-se no raciocínio dedutivo, procurando desenvolver uma visão alargada do fenómeno, “partindo da teoria em busca de uma verdade particular” que permita consolidar perspetivas, lições identificadas e orientações para o futuro (Santos & Lima, 2019, p. 19).

O percurso metodológico selecionado, pela sua flexibilidade, apoia-se numa estratégia de investigação qualitativa, “na medida em que a interpretação dos fenómenos sociais e a atribuição dos respetivos significados é feita a partir de padrões encontrados nos dados” (Santos & Lima, 2019, p. 27), procurando valorizar o enquadramento teórico e o trabalho de campo junto de especialistas, com um permanente esforço de integração de natureza interpretativa e não experimental dos vários contributos recolhidos, possibilitando a exploração de uma multiplicidade de facetas e dimensões, com o objetivo de compreender o fenómeno em estudo na sua totalidade (Bryman, 2012).

Seguindo uma estratégia de investigação qualitativa e, concomitantemente, interpretativa, onde se releva a complexidade, a subjetividade, a descoberta e a lógica dedutiva, assentando o foco da investigação nos factos e conjunturas atuais relacionadas com a implementação de ações no âmbito da dimensão nacional da Segurança Interna.

Relativamente ao desenho de pesquisa, o presente estudo, ao pretender analisar o contexto de produção das Informações de Segurança e Informações Policiais, face ao fenómeno do terrorismo, aproxima-se da figura do tipo estudo de caso, na medida em que se pretende recolher informação detalhada sobre “uma única unidade de estudo”, o fenómeno do terrorismo (Santos & Lima, 2019, p. 36).

Com o propósito de compreender o fenómeno na sua totalidade, com vista a garantir a necessária e rigorosa qualidade científica dos resultados e das conclusões da investigação, a estratégia de investigação qualitativa pretende socorrer-se de um vasto leque de “tipo de



dados” (e.g. descrições; opiniões; análises), “fontes de dados” (e.g. participantes; processos; contextos; registos; documentos), “recolha de dados” (e.g. descrições; análises) e “ferramentas metodológicas” (e.g. entrevistas).

5.2. Percurso da investigação

Assumindo que “todas as pesquisas empíricas se processam por estádios que passam da ignorância à descoberta, depois à representação mental dos processos sociais e ao seu confronto com os factos e observações e, só por fim, à exposição oral ou escrita dessa representação, com a finalidade de difusão do conhecimento” (Santos & Lima, 2019, p. 41), o percurso metodológico seguida na presente investigação³³ percorreu as três etapas distintas: exploratória, analítica e conclusiva.

A fase exploratória consistiu na escolha e delimitação do tema, definição inicial do “estado da arte”, através de leituras preliminares e realização de entrevistas exploratórias, definição do objeto de estudo, formulação do problema de investigação e enquadramento e concetualização geral da problemática, definição do objetivo geral e formulação inicial das questões de investigação, delimitação da pesquisa e explicitação dos conceitos estruturantes, definição dos objetivos específicos e formulação das questões derivadas, consolidação da revisão da literatura, definição do modelo de análise e definição preliminar/exploratória do procedimento metodológico de investigação.

A fase analítica assentou na recolha e análise de dados, recolhidos quer durante o processo de revisão bibliográfica quer durante a realização de entrevistas semiestruturadas, procurando efetuar a caracterização e interpretação dos dados obtidos, tendo por base as respostas às questões derivadas. A análise documental baseou-se fundamentalmente em estudos e reflexões publicados em diplomas legais adequados, numa procura de diferentes perspetivas de análise, que foram depois complementadas por entrevistas semiestruturadas a entidades com vasta experiência profissional, académica e com conhecimentos técnicos na área da investigação, recolha e produção de Informações de Segurança e Informações Policiais.

As entrevistas de aprofundamento foram conduzidas de forma semiestruturada e basearam-se num guião elaborado, articulando as questões entre si, facilitando a compreensão do tema em análise e encaminhando os entrevistados para os objetivos pretendidos. A seleção dos entrevistados assentou numa amostra não probabilística e

³³ Modelo de análise (Apêndice A).



intencional (Santos & Lima, 2019, p. 66), imposta pelo rigor e objetividade da investigação, e passou pela definição de um conjunto de requisitos essenciais, resultando em três painéis de especialistas: responsáveis pela produção de Informações de Segurança; responsáveis pela produção de Informações Policiais; e elementos civis académicos e especialistas na área das Informações.

Após a aplicação dos critérios, o universo da população foi naturalmente delimitado a um conjunto restrito de profissionais especializados, o que nos propusemos a realizar oito entrevistas. No entanto das oito entrevistas previstas apenas duas foram realizadas, sobretudo pelas restrições e pelo conjunto de medidas extraordinárias de resposta ao surto epidemiológico do novo coronavírus (Covid-19), nomeadamente o isolamento social, como medida para redução do risco de contágio. A análise dos dados obtidos nas entrevistas foi feita de acordo com as etapas consideradas por Guerra (2006): transcrição, leitura, construção de sinopses, análise descritiva e análise interpretativa.

Por último, na fase conclusiva, através da avaliação e discussão dos resultados, procurou-se responder à questão central, e retirar conclusões e implicações que permitam formular contributos para o conhecimento, terminando com as limitações e recomendações.



6. Apresentação, análise e discussão dos resultados

No presente capítulo, como consequência do trabalho de campo, procede-se à apresentação e análise dos resultados, quer da legislação consultada, quer das entrevistas realizadas à amostra não probabilística e intencional (Santos & Lima, 2019, p. 66), definida pelos oito entrevistados selecionados, conforme Quadro 1.

A definição da amostra assentou na obtenção de contributos de entidades com vasta experiência profissional, académica e com conhecimentos técnicos na área da investigação, recolha e produção de Informações de Segurança e Informações Policiais. Assim, foram consideradas entidades que desempenham funções na área de recolha e produção de Informações, nomeadamente da Secretária-geral do SSI, GNR, PSP, PJ e SIS, bem como personalidades académicas com obras publicadas, consideradas autoridades no tema em estudo.

Quadro 1 - Painel de entrevistados

Identificação		Função/Especialização	Data
E1	Prof. Dr. Rui Pereira	Presidente do Conselho de Escola do ISCSP	11MAR20
E2	Superintendente-chefe Pedro Clemente	Inspetor Nacional da PSP	12MAR20
E3	Prof. Dr. Bacelar Gouveia	Professor Catedrático na FDUNL	Não realizada
E4	Dr. ^a Helena Fazenda	Secretária-Geral do SSI	Não realizada
E5	Dr. Adélio Cruz	Diretor do SIS	Não realizada
E6	Tenente-General Luís Francisco Botelho Miguel	Comandante-Geral da GNR	Não realizada
E7	Superintendente-chefe Manuel Augusto Magina da Silva	Diretor Nacional da PSP	Não realizada
E8	Dr. Luís Neves	Diretor da PJ	Não realizada

As respostas às questões colocadas, considerando a problemática e dimensões usadas nas entrevistas³⁴, foram interpretadas segundo uma análise quantitativa (que permitiu identificar os pesos relativos de cada segmento de resposta) e uma análise qualitativa, através da sistematização dos excertos das respostas dos entrevistados considerados relevantes para cada questão e segmento de resposta identificado³⁵, o que permitiu a identificação dos pontos

³⁴ Quadro 2 (Apêndice B).

³⁵ Quadro 3 (Apêndice C).



comuns entre as respostas obtidas. Assim, para cada resposta apresentamos uma matriz de análise quantitativa, seguido de uma interpretação qualitativa.

6.1. Análise de Discussão dos resultados

Neste subcapítulo iremos apresentar e analisar os resultados das entrevistas realizadas, no entanto considerando o conjunto de medidas extraordinárias e de carácter urgente de resposta à situação epidemiológica do novo coronavírus (Covid-19), aprovadas pelo Conselho de Ministros no passado dia 12 de março, nomeadamente o isolamento social, como medida para redução do risco de contágio, não foi possível obter alguns dos contributos da amostra inicialmente prevista.

Tabela 1 - Resultados questão A.1.

A.1. Considera que durante a pesquisa, análise e difusão de Informações relacionadas com o fenómeno do terrorismo, deva ser umas das exceções, em que se possa recorrer e usar todos os meios disponíveis de recolha de notícias?			
<i>Segmento Resposta</i>	<i>Entrevistado</i>		<i>%</i>
	E1	E2	
A.1.1.	----	----	----
A.1.2.	X	X	100%

Quando questionados se durante a pesquisa, análise e difusão de Informações relacionadas com o fenómeno do terrorismo, se pode recorrer e usar todos os meios disponíveis de recolha de notícias, foi referido por todos, que se devem usar todos os meios disponíveis permitidos por lei para recolher notícias e prevenir ações decorrentes deste fenómeno. No entanto, P. Clemente (*op. cit.*), refere que o problema não reside nos meios, mas no controlo/fiscalização desses meios.

Tabela 2 - Resultados questão A.2.

A.2. Considera necessária alguma alteração legislativa, nomeadamente no SSI, com vista a melhorar o papel do SIS e das Forças Policiais na pesquisa, análise e difusão de Informações relacionadas com o fenómeno do terrorismo?			
<i>Segmento Resposta</i>	<i>Entrevistado</i>		<i>%</i>
	E1	E2	
A.2.1.	----	----	----
A.2.2.	X	X	100%
A.2.3.	----	----	----

No que se refere à alteração legislativa, nomeadamente no SSI, com vista a melhorar o papel do SIS e das Forças de Policiais, todos os entrevistados tiveram uma resposta consensual, em ser necessário algumas alterações legislativas, mas pouco significativas. No



entanto as opiniões divergem no que deverá ser alterado. R. Pereira (*op. cit.*) refere que deveria ser garantido o acesso a *metadados* e a interseção de comunicações em casos delimitados, bem como, impor medidas que garantam a partilha de informações e o trabalho conjunto, ou seja, melhorar a plataforma integrada de informação criminal. Já P. Clemente (*op. cit.*) refere que a alteração dever-se-ia prender com reconhecimento do papel de quem exerce funções na área das Informações, como especialidade e ser valorizadas do ponto de vista remuneratório.

Tabela 3 - Resultados questão A.3.

A.3. Considera vantajoso o policiamento comunitário ser orientado pelas Informações, com vista a prevenir ou mesmo recolher notícias face ao fenómeno do terrorismo? Ou as Forças e Serviços de Segurança devem recorrer a meios dissimulados, infiltrados ou encobertos?			
Segmento Resposta	Entrevistado		%
	E1	E2	
A.3.1.	X	----	50%
A.3.2.	----	----	----
A.3.3.	----	X	50%

Quando questionados sobre se o policiamento comunitário deva ser orientado pelas informações, ser uma vantagem na prevenção ou mesmo na recolha de notícias face ao fenómeno do terrorismo, ou se FSS devam recorrer a meios dissimulados, infiltrados ou encobertos, as respostas são consensuais na medida em que todos consideram que o policiamento comunitário ajuda na prevenção deste fenómeno, R. Pereira (*op. cit.*) refere que este tipo de policiamento ajuda na prevenção, no entanto P. Clemente (*op. cit.*) refere que este revela-se mais útil quando coordenado com outras capacidades das Forças Policiais.

Tabela 4 - Resultados questão B.1.

B.1. Na sua opinião, as Informações decorrentes da atividade policial ou dos Serviços de Informações são idênticas ou são um reforço de umas para com as outras? Que Informações reforçam as outras? [Segurança ou Policial]			
Segmento Resposta	Entrevistado		%
	E1	E2	
B.1.1.	----	----	----
B.1.2.	----	----	----
B.1.3.	----	----	----
B.1.4.	X	X	100%

Relativamente à questão se as informações decorrentes da atividade policial ou dos Serviços de Informações são idênticas ou são um reforço de umas para com as outras,



também existe um consenso nas respostas, nomeadamente as Informações de Segurança serem um reforço das Informações Policiais.

R. Pereira (*op. cit.*) refere que “as informações dos serviços são instrumentais da investigação criminal (...) porque as próprias informações criminais orientam a atividade dos serviços.” P. Clemente (*op. cit.*) afirma que “as informações policiais abrangem um universo sempre maior que as informações de segurança.”

Tabela 5 - Resultados questão B.2.

B.2. Na sua opinião, as Informações decorrentes da atividade policial ou dos Serviços de Informações, algumas preferem às outras, ou seja, existe alguma hierarquização das mesmas?			
<i>Segmento Resposta</i>	<i>Entrevistado</i>		<i>%</i>
	E1	E2	
B.2.1.	----	----	----
B.2.2.	----	----	----
B.2.3.	X	X	100%

Quando questionados se as Informações decorrentes da atividade policial ou dos Serviços de Informações, existe alguma hierarquização das mesmas, as respostas foram unânimes, na medida em que não se pode estabelecer nenhuma hierarquia entre as Informações de Segurança e Informações Policiais, pelo facto de ambas deterem objetivos diferenciados.

Tabela 6 - Resultados questão B.3.

B.3. Na sua opinião, será que as Informações de Segurança e as Informações policiais complementam-se? Em que medida se complementam?			
<i>Segmento Resposta</i>	<i>Entrevistado</i>		<i>%</i>
	E1	E2	
B.3.1.	----	----	----
B.3.2.	----	----	----
B.3.3.	X	X	100%

Relativamente à questão se as Informações de Segurança e as Informações Policiais complementam-se, as respostas são mais uma vez consensuais, ou seja, as Informações de Segurança e as Informações Policiais ambas se complementam, dependendo da origem do fenómeno. R. Pereira (*op. cit.*) afirma que à uma “relação de interdependência funcional e as Informações de Segurança, orientam, ajudam, apoiam, a investigação criminal.” P. Clemente (*op. cit.*) refere que “no mínimo complementam-se, não podem é estar de costas voltadas.”



Tabela 7 - Resultados questão B.4.

B.4. Na sua opinião, será que as Informações de Segurança e as Informações policiais sobrepõem-se? Em que medida se sobrepõem?

Segmento Resposta	Entrevistado		%
	E1	E2	
B.4.1.	----	----	----
B.4.2.	----	----	----
B.4.3.	X	X	100%

Quando questionados sobre se as Informações de Segurança e as Informações policiais se sobrepõem, também as respostas não foram distintas, sendo unânimes as respostas, em que as Informações de Segurança e Informações Policiais não se sobrepõem.

No entanto P. Clemente (*op. cit.*) refere que “as Informações Policiais são o corpo central, e as Informações de Segurança complementam o corpo central”, referindo ainda que “as Informações de Segurança sozinhas não fazerem sentido” havendo também as Informações Criminais, das quais muitas vezes há “matéria que não é «processualizada», faz parte do procedimento, mas não faz parte do processo.”



7. Conclusões

As Informações assumem um papel de destaque no mundo, sendo um elemento vital para qualquer Estado-Nação, daí que a atividade de informações, nos dias de hoje, assumir um valor acrescido não só pela necessidade do decisor ser esclarecido antes de decidir, mas sobretudo pela imprevisibilidade e a crescente natureza das novas ameaças e a disrupção informacional causada pelo excesso ou falta de informação.

No entanto, com a presente investigação, subordinada ao tema, “Informações de Segurança *versus* Informações Policiais: complementaridade ou sobreposição?”, procuramos analisar se as informações produzidas pelos Serviços de Informações de Segurança, ou seja, informações que contribuam para a salvaguarda da segurança interna e a prevenção da sabotagem, do terrorismo, da espionagem e as informações produzidas pelas Forças Policiais, decorrentes da sua atividade, com vista a prevenir ações e fenómenos criminais, tornando as suas operações mais eficazes face a novos perigos e ameaças, se se complementam ou se sobrepõem, limitada ao fenómeno do terrorismo.

O percurso de investigação desenvolveu-se em função do OG, ou seja, analisar se as Informações de Segurança e as Informações Policiais são complementares ou se sobrepõem, e da questão central identificada – “As Informações de Segurança e as Informações Policiais complementam-se ou sobrepõem-se?” - assumindo um papel orientador de todo o processo, pretendeu-se assumir uma tipologia de investigação aplicada, seguindo-se, no desenvolvimento da investigação uma metodologia de raciocínio dedutivo e assente numa estratégia de investigação qualitativa. Assim, orientado pelo objeto de estudo, este ensaio foi repartido em três etapas sob a forma de cinco capítulos, sustentado em análise documental e em entrevistas semiestruturadas essenciais para os resultados apresentados. Ainda que as circunstâncias delimitativas em que foi elaborada a presente investigação não permitiram a recolha de mais contributos, consideramos que os mesmos foram de extrema qualidade para a análise proposta.

Tendo como foco o OG e QC da investigação, após termos enquadrado legalmente o objeto de estudo e identificados os conceitos base que enquadram e delimitam a investigação, procuramos alcançar os OE definidos bem como responder às questões derivadas formuladas.

No terceiro capítulo, desenvolvemos e aprofundamos o objeto das Informações de Segurança, procurando identificar os limites legais dos atores que produzem este tipo de informações em Portugal, permitindo assim responder à QD n.º 1, em que os limites pautam-



se pela observância e cumprimento dos princípios constitucionais e legais, pelo direito democrático dos direitos, liberdades e garantias, nomeadamente, o princípio da legalidade, ou seja, desenvolver apenas ações permitidas por lei, tal como o acesso a *metadados*, só permitido mediante despacho do competente membro do Governo, para efeito de produção de informações essenciais de forma a prevenir atos de sabotagem, espionagem, terrorismo, proliferação de armas de destruição maciça e criminalidade altamente organizada, e ainda, o recurso a ações encobertas, devendo estas ser devidamente coordenadas pela PJ. Outra limitação é o princípio da especialidade e da restrição funcional, não podendo no âmbito da sua atividade desenvolver ações da competência específica das autoridades judiciais ou das entidades com funções policiais.

No quarto capítulo, desenvolvemos e aprofundamos o tema das Informações Policiais, procurando identificar os limites legais dos atores que produzem este tipo de informações em Portugal, permitindo assim responder à QD n.º 2, em que os limites pautam-se igualmente, à semelhança dos limites legais dos atores no processo de Informações de Segurança, pela observância e cumprimento dos princípios constitucionais e legais, pelo direito democrático dos direitos, liberdades e garantias, nomeadamente, o princípio da legalidade, ou seja, desenvolver apenas ações permitidas por lei, no entanto, o facto dos atores que produzem Informações Policiais serem considerados OPC's pela LOIC, como é o caso da PJ, GNR e PSP, o acesso a *metadados* e o recurso a ações encobertas, contrariamente ao que acontece com o SIS, estas limitações, de uma forma geral encontram-se legitimadas, ou seja, no decurso de uma investigação, são recolhidos dados, notícias e informação que não será colocada no processo. No caso do fenómeno do terrorismo, a UCAT permite uma coordenação na resposta adequada, pelas entidades responsáveis pela prevenção e combate a este fenómeno.

Atendendo ao OG da investigação e respondendo à questão central, tendo por base a análise dos resultados obtidos, as Informações de Segurança e as Informações Policiais, apesar de ambas deterem objetivos e destinatários diferenciados, podemos afirmar que as mesmas se complementam. No caso do fenómeno do terrorismo, por ser uma ameaça difusa e desconhecendo-se na maior parte das vezes a sua origem, reforça o facto de haver a necessidade de uma coordenação exemplar entre todas as Forças e Serviços de Segurança, em que no que à produção de Informações de Segurança e Informações Policiais tenha que obrigatoriamente de haver troca e partilha das mesmas reforçando e tornando-as mais completas.



Como corolário desta investigação e principal contributo para o conhecimento, este ensaio revela-se pertinente para os Serviços de Informações e para as Forças de Segurança, em Portugal, na medida que aprofundamos e desenvolvemos um tema controverso, as Informações, concretamente as Informações de Segurança e as Informações Policiais, e que relativamente ao fenómeno do terrorismo estas complementam-se, apesar das suas fontes de pesquisa e recolha de dados, notícias e informações serem distintas.

Com vista a uma melhor densificação da investigação ora produzida, propõe-se como futuras temáticas de pesquisa, alargar e a aprofundar a outros fenómenos criminais, bem como comparar com outras realidades policiais internacionais.

Como limitações à investigação, destaca-se não se ter conseguido a abrangência pretendida relativamente aos especialistas das FSS e académicos convidados a responder à nossa entrevista, devido às restrições do Estado de Emergência, ou seja, devido ao conjunto de medidas extraordinárias e de carácter urgente de resposta à situação epidemiológica do novo coronavírus (Covid-19), nomeadamente o isolamento social e social, como medida para redução do risco de contágio e o facto de alguns dos entrevistados estarem fortemente empenhados no combate ao COVID-19 e não terem disponibilidade, não tendo sido possível obter alguns dos contributos da amostra inicialmente prevista, apesar de várias insistências e tentativas.



Bibliografia

- Alves, A. C. (2012). *Adivinhar Perigos*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana (Revista).
- Bispo, A. d. (2004). A Função de Informar. Em A. Moreira, *Informações e Segurança - Estudos em honra do General Pedro Cardoso* (pp. 77-104). Lisboa: Prefácio.
- Bryman, A. (2012). *Social Research Methods* (4ª ed.). Oxford: Oxford University Press.
- Clemente, P. (2012). *Políticas de Segurança – Desafios e Rumos*. Lisboa: Pactor.
- Clemente, P. J. (2005). A Polícia de Informações em Portugal. Em G. M. Silva, & M. M. Valente, *Volume Comemorativo dos 20 anos* (pp. 361-381). Coimbra: Edições Almedina, SA.
- Clemente, P. J. (2006). A Polícia em Portugal. *Colecção Cadernos INA n.º 26*.
- Clemente, P. J. (2010). Política Internacional e Segurança. *Polícia e segurança – Breves notas*, pp. 141-171.
- Clemente, P. J. (2013). Como tornar Portugal um País seguro? *Prevenção e segurança: política e estratégia*, pp. 35-57.
- Comiskey, J. (2010). *Effective State, local, and Tribal Police Intelligence: The New York City Police Department's Intelligence Enterprise—A Smart Practice*. Monterey, California: Naval Postgraduate School.
- Costa, C. S. (2016). *O Impacto do Terrorismo na Administração Interna em Portugal, no Século XXI*. Universidade de Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas .
- Fernandes, L. M. (2004). Terrorismo: dependência e simbiose com a criminalidade organizada transnacional. *Politeia-Revista do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna*, 7-40.
- Ferreira, A. M. (2007). O Sistema de Informações da República Portuguesa. Em J. B. Gouveia, & R. Pereira, *Estudos de Direito e Segurança* (pp. 67-93). Coimbra: Edições Almedina, S.A.
- Ganor, B. (2011). O Contraterrorismo é uma espécie de activismo de direitos humanos. (V. Marcelino, Entrevistador) Obtido de <http://www.ict.org.il/LinkClick.aspx?fileticket=unAY7VTUVQY%3D&tabid=278>
- Gouveia, J. B. (agosto de 2015). Os Serviços de Informações de Portugal: Organização e Fiscalização. Em J. B. Gouveia, & R. Pereira, *Estudos de Direito e Segurança* (Vol. I, pp. 173-191). Lisboa: Almedina.
- Gouveia, J. B. (2018). *Direito da Segurança*. Coimbra: Almedina.



- Graça, P. (2004). Metodologia da Análise nas Informações Estratégicas. Em A. Moreira, *Informações e Segurança - Estudos em Honra do General Pedro Cardoso* (pp. 429-438). Lisboa: Prefácio.
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo. Sentidos e formas*. Lisboa: Principia.
- Kushner, H. W. (2003). *Encyclopedia of Terrorism*. Sage Publications.
- Lopes, H. F. (2011). *O Potencial do Data Mining para o enriquecimento das informações policiais*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Pública.
- Matos, H. J. (2016). *Terrorismo & Contraterrorismo - Sistemas de Segurança Interna*. Casal de Cambra: Caleidoscópio - Edição e Artes Gráficas, SA.
- Moleirinho, P. (2009). *Da Polícia de Proximidade ao Policiamento Orientado pelas Informações*. Lisboa: Mestrado em Direito e Segurança, Universidade Nova de Lisboa.
- Moleirinho, P. M. (2012). *Segurança Interna: Polícias Nacionais; Polícias Municipais e Segurança Privada*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- Moutinho, J. B. (2016). *As Informações produzidas pelas forças de Segurança e a tomada de Decisão*. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.
- NATO. (19 de agosto de 2016). *NATO's military concept for defence against terrorism*. Obtido em 19 de fevereiro de 2020, de North Atlantic Treaty Organization: https://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_69482.htm?selectedLocale=en
- Pereira, R. (2005). *Informações e Investigação Criminal, I Colóquio de Segurança Interna*. Coimbra: Almedina.
- Pereira, R., & Feiteira, A. (2015a). Serviços de Informações. Em J. B. Gouveia, & S. Santos (Edits.), *Enciclopédia de Direito e Segurança* (pp. 448-450). Coimbra: Edições Almedina, S.A.
- Pereira, R., & Feiteira, A. (2015b). Produção de Informações. Em J. B. Gouveia, & S. Santos, *Enciclopédia de Direito e Segurança* (pp. 340-341). Coimbra: Almedina.
- Porto Editora. (2019). *Complementar*. Obtido em 3 de dezembro de 2019, de Infopédia Dicionários Porto Editora: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/complementar>
- Porto Editora. (2019). *Complementaridade*. Obtido em 3 de dezembro de 2019, de Infopédia Dicionários Porto Editora: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/complementaridade>



- Porto Editora. (2019). *Sobrepor*. Obtido em 3 de dezembro de 2019, de Infopédia Dicionário da Língua Portuguesa: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/sobrepor>
- Porto Editora. (2019). *Sobreposição*. Obtido em 3 de dezembro de 2019, de infopédia Dicionário da língua Portuguesa: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/sobreposi%C3%A7%C3%A3o>
- Rolington, A. (2013). *Strategic Intelligence for the 21st Century - The Mosaic Method*. Oxford University Press.
- Romana, H. B. (2004). O Novo Framework do Terrorismo Internacional de Matriz Islâmica: Desafios ao Modelo de Análise em Informações Estratégicas. Em A. Moreira , *Informações e Segurança - Estudos em honra do General Pedro Cardoso* (pp. 257-270). Lisboa: Prefácio - Edição de livros e revistas, Lda.
- Santos, L. A., & Lima, J. M. (Coord.) (2019). *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação* (2ª ed., revista e atualizada). Cadernos do IUM, 8. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- SIS. (2019). *Serviço de Informações de Segurança*. Obtido em 3 de dezembro de 2019, de sis.pt: <https://www.sis.pt/quem-somos/cooperacao>
- Teixeira, D. A. (2018). *Ações Encobertas: Limites Constitucionais*. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Obtido em 24 de março de 2020, de https://run.unl.pt/bitstream/10362/56422/1/Teixeira_2018.pdf
- Torres, J. E. (2005). A Investigação Criminal na PSP. Em M. J. Pereira, & J. Neves , *Estratégia e Gestão Policial em Portugal*. Oeiras: Instituto Nacional de Administração.
- USA. (29 de julho de 2010). *Army Tactics, Techniques, and Procedures*. (D. o. Army, Ed.) *Police Intelligence Operations*. Obtido de <https://fas.org/irp/doddir/army/fm3-19-50.pdf>



Referências Legais

- Lei n.º 101/2001, de 25 de agosto. (2001). Regime jurídico das acções encobertas para fins de prevenção e investigação criminal. Diário da República, 1ª Aérie-A, 197, 5452-5453. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto. (2003). Lei de combate ao terrorismo (em cumprimento da Decisão Quadro n.º 2002/475/JAI, do Conselho, de 13 de Junho) - décima segunda alteração ao Código de Processo Penal e décima quarta alteração ao Código Penal. Diário da República, 1ª Série-A, 193, 5398-5400. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei Orgânica n.º 4/2004, de 6 de novembro. (2004). Altera a Lei Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa. Diário da República, 1ª Série, 261, 6598-6606. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 53/2007 de 31 de agosto. (2007). Aprova a orgânica da Polícia de Segurança Pública. Diário da República, 1ª Série, 168, 6065-6074. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 63/2007 de 6 de dezembro. (2007). Aprova a orgânica da Guarda Nacional Republicana. Diário da República, 1.º Série, 213, 8043-8051. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto. (2008). Lei de Organização da Investigação Criminal. Diário da República, 1ª Série, 165, 6038-6042. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto. (2008). Aprova a Lei de Segurança Interna. Diário da República, 1ª Série, 167, 6135-6141. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 60/2013 de 23 de agosto. (2013). Procede à alteração à Lei n.º 101/2001 de 25 de agosto. Diário da República , 1ª Série, 162, 5088-5090. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 50/2014, de 13 de agosto. (2004). Lei Orgânica do SGSIRP, SIED e SIS. *Estabelece a orgânica do Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa, do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED) e do Serviço de Informações de Segurança (SIS)*. Diário da República, 1ª Série, 155, 4206-4221. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 61/2015 de 24 de junho. (2015). Procede à segunda alteração à Lei n.º 101/2001, de 25 de agosto. Diário da República, 1ª Série, 121, 4412-4413. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei Orgânica n.º 4/2017, de 25 de agosto. (2017). Lei Orgânica que regula o procedimento especial de acesso a dados de telecomunicações e Internet pelos oficiais de



- informações do SIS e do SIED. Diário da República, 1º Série, 164, 5047-5050. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto. (2019). Regulamento Geral de Proteção de Dados. Diário da República, 1ª Série, 151, 3-40. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 59/2019, de 8 de agosto. (2019). Aprova as regras relativas ao tratamento de dados pessoais para efeitos de prevenção, deteção, investigação ou repressão de infrações penais ou de execução de sanções penais. Diário da República, 1ª Série, 151, 41-68. Lisboa: Assembleia da República.
- Decreto-Lei n.º 275-A/2000 de 9 de novembro. (2000). Aprova a Lei Orgânica da Polícia Judiciária. Diário da República, 1ª Série, 259, 6300-(2)-6300-(36). Lisboa: Ministério da Justiça.
- Decreto-Lei n.º 126-B/2011 de 29 de dezembro. (2011). Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Administração Interna. Diário da República, 1ª Série, 249, 5516-(14)-5516-(20). Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013 de 5 de abril. *Aprova o Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. Diário da República, 1ª Série, 67, 1981-1995. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 7-A/2015 de 19 de fevereiro. (2015). Aprova a Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo. Diário da República, 1ª Série, 36, 1022-(2)-1022-(4). Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Decreto Regulamentar n.º 2/2016 de 23 de agosto. (2016). Estabelece o regime aplicável à organização e funcionamento da Unidade de Coordenação Antiterrorismo. Diário da República, 1ª Série, 161, 2841-2843. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Portaria n.º 383/2008 de 29 de maio. (2008). Estabelece a estrutura nuclear da Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública e as competências das respectivas unidades orgânicas. Diário da República, 1ª Série, 103, 3015-3020. Lisboa: Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Administração Interna.
- Portaria n.º 237-A/2018 de 28 de agosto. (2018). Define as condições técnicas e de segurança da comunicação eletrónica para efeito de transmissão diferida dos dados de telecomunicações e Internet pelos oficiais de informações do SIS e do SIED. Diário da República, 1ª Série, 165, 4378-(2)-4378-(4). Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros e Planeamento e das Infraestruturas.



Despacho n.º 11132/2018 de 11 de novembro. (2018). Define as unidades orgânicas flexíveis da Estrutura de Comando da GNR. Diário da República, 2ª Série, 229, 31634-31642.

Lisboa: Administração Interna - Guarda Nacional Republicana - Comando-Geral.

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 403. (2015). Pronuncia-se pela inconstitucionalidade da norma do n.º 2 do artigo 78.º do Decreto n.º 426/XII da Assembleia da República que «Aprova o Regime Jurídico do Sistema de Informações da República Portuguesa». Diário da República, 1ª Série, 182, 8245-8279. Lisboa: Tribunal Constitucional.

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 464. (2019). Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma constante do artigo 3.º da Lei Orgânica n.º 4/2017, de 25 de agosto, na parte em que admite o acesso dos oficiais de informações do SIS e do SIED. Diário da República, 1ª Série, 202, 5-124. Lisboa: Tribunal Constitucional



Apêndice A - Modelo de análise

TEMA		Informações de Segurança <i>versus</i> Informações Policiais: complementaridade ou sobreposição?						
Objetivo Geral		Analisar se as Informações de Segurança e as Informações Policiais são complementares ou se sobrepõe.						
Questão Central		As Informações de Segurança e as Informações Policiais complementam-se ou sobrepõem-se?						
Objetivos Específicos		Questões Derivadas		Conceitos	Dimensões	Indicadores	Técnicas de Recolha de Dados	Capítulos
OE 1	Identificar os limites das Informações de Segurança.	QD 1	Quais os limites legais dos atores no Processo de Produção de Informações de Segurança?	Informações	<ul style="list-style-type: none">• Segurança• Policial• Legal	<ul style="list-style-type: none">• Integração de Informação• Integração de notícias• Integração de dados• Obter conhecimento após análise	Pesquisa Documental e Entrevistas semiestruturadas	3
				Informações de Segurança	<ul style="list-style-type: none">• Segurança• Legal	<ul style="list-style-type: none">• Salvaguarda da Segurança Interna• Prevenir ações de sabotagem• Prevenir ações de terrorismo• Prevenir ações de espionagem• Prevenir ações de crime organizado• Prevenir ações de que possam alterar ou destruir o Estado		
				Complementaridade	<ul style="list-style-type: none">• Segurança• Policial• Legal	<ul style="list-style-type: none">• Informações idênticas• Reforço de informações, através da troca e partilha• Tornar as informações mais completas		
				Sobreposição	<ul style="list-style-type: none">• Segurança• Policial• Legal	<ul style="list-style-type: none">• Informações preferenciais• Informações mais importantes• Hierarquização de informações obtidas sobre a mesma situação• Sucessão de informações		



Informações de Segurança *versus* Informações Policiais: complementaridade ou sobreposição?

OE 2	Identificar os limites das Informações Policiais.	QD 2	Quais os limites legais dos atores no Processo de Produção de Informações Policiais?	Informações	<ul style="list-style-type: none"> • Segurança • Policial • Legal 	<ul style="list-style-type: none"> • Integração de Informação • Integração de notícias • Integração de dados • Obter conhecimento após análise 	Pesquisa Documental e Entrevistas semiestruturadas	4
				Informações Policiais	<ul style="list-style-type: none"> • Policial • Legal 	<ul style="list-style-type: none"> • Compreendem diversas atividades de polícia • Prevenir ações ou fenómenos criminais • Tornar as operações policiais mais eficazes • Contribuir decisivamente para a diminuição dos perigos e ameaças securitárias 		
				Complementaridade	<ul style="list-style-type: none"> • Segurança • Policial • Legal 	<ul style="list-style-type: none"> • Informações idênticas • Reforço de informações, através da troca e partilha • Tornar as informações mais completas 		
				Sobreposição	<ul style="list-style-type: none"> • Segurança • Policial • Legal 	<ul style="list-style-type: none"> • Informações preferenciais • Informações mais importantes • Hierarquização de informações obtidas sobre a mesma situação • Sucessão de informações 		



Apêndice B - Problemática e dimensões usadas nas entrevistas

Quadro 2 - Problemática, dimensão, tópico/pergunta e informação pretendida

Problemática	Dimensão	Tópico/Pergunta	Informação Pretendida
Limites dos atores no processo de produção de Informações de Segurança	Segurança	<ul style="list-style-type: none">• Informações Produzidas• Processo de Recolha de Informações• Difusão de Informações• Procedimento perante uma notícia de um crime associado ao fenómeno terrorismo• Recurso a todos os meios disponíveis de recolha de dados e notícias perante o fenómeno terrorismo	<ul style="list-style-type: none">• Informações de Segurança• Por todas as capacidades disponíveis na instituição• Acompanhamento da evolução da situação. Havendo novos dados é efetuado um aditamento à informação inicial• Elaborar Informação de Segurança• Usar todos os meios disponíveis permitidos por lei
	Legal	<ul style="list-style-type: none">• Necessidade de alteração legislativa	<ul style="list-style-type: none">• Necessária alteração legislativa pouco significativa• Interoperabilidade de bases de dados entre as FSS• Possibilidade de ações conjuntas e combinadas
Limites dos atores no processo de produção de Informações Policiais	Policial	<ul style="list-style-type: none">• Informações Produzidas• Processo de Recolha de Informações• Difusão de Informações• Procedimento perante uma notícia de um crime associado ao fenómeno terrorismo• Policiamento comunitário ser orientado pelas Informações, com vista a prevenir ou mesmo recolher notícias face ao fenómeno do terrorismo	<ul style="list-style-type: none">• Informações Policiais• Por todas as capacidades disponíveis na instituição• Acompanhamento da evolução da situação. Havendo novos dados é efetuado um aditamento à informação inicial• Informa-se de imediato a Autoridade Judiciária e o OPC competente para Investigar• O Policiamento Comunitário, em coordenação com outras capacidades revela-se muito útil na prevenção do terrorismo
	Legal	<ul style="list-style-type: none">• Necessidade de alteração legislativa	<ul style="list-style-type: none">• Necessária alteração legislativa pouco significativa• Interoperabilidade de bases de dados entre as FSS• Possibilidade de ações conjuntas e combinadas



Informações de Segurança *versus* Informações Policiais: complementaridade ou sobreposição?

Áreas de Complementaridade e/ou Sobreposição entre as Informações de Segurança e Informações Policiais	Segurança Policial Legal	<ul style="list-style-type: none">• Informações decorrentes da atividade policial ou dos Serviços de Informações são idênticas• Informações decorrentes da atividade policial ou dos Serviços de Informações são hierarquizadas• Procedimento aquando da receção de Informações de outro órgão• Em que medida as Informações de Segurança e as Informações policiais se complementam• Em que medida as Informações de Segurança e as Informações Policiais se sobrepõem• Recurso a meios encobertos, infiltrados ou dissimulados para recolha de Informações• Recurso a todos os meios disponíveis de recolha de dados e notícias perante o fenómeno terrorismo• Quando e como se procede à troca de Informações relacionadas com o fenómeno de terrorismo	<ul style="list-style-type: none">• Informações decorrentes da atividade policial ou dos Serviços de Informações não são idênticas• Informações decorrentes da atividade policial ou dos Serviços de Informações não são hierarquizadas• Analisar e difundir aos escalões subordinados com orientações• Informações de Segurança e as Informações Policiais complementam-se, através de pedidos de pesquisa e troca de dados e notícias entre as FSS• As Informações de Segurança e as Informações Policiais não se sobrepõem• Aceitação para o recurso a meios encobertos, infiltrados ou dissimulados para recolha de Informações, que ponham em causa a alteração ou destruição do Estado• A troca de Informações relacionadas com o fenómeno de terrorismo, pelo SIS sempre que achar pertinente ou útil; pelas Forças Policiais assim que seja obtida qualquer notícia ou dado relativo a esse fenómeno
--	--------------------------------	---	---



Apêndice C - Codificação e segmentos de resposta das entrevistas

Quadro 3 - Problemática, perguntas e segmentos de resposta

Problemática	
A. Limites dos atores no processo de produção de Informações de Segurança e Policiais	
Pergunta(s)	Segmento de resposta
A.1. Considera que durante a pesquisa, análise e difusão de Informações relacionadas com o fenómeno do terrorismo, deva ser umas das exceções, em que se possa recorrer e usar todos os meios disponíveis de recolha de notícias?	A.1.1. Usar todos os meios para recolher notícias e prevenir ações decorrentes deste fenómeno A.1.2. Usar todos os meios disponíveis permitidos por lei para recolher notícias e prevenir ações decorrentes deste fenómeno
A.2. Considera necessária alguma alteração legislativa, nomeadamente no SSI, com vista a melhorar o papel do SIS e das Forças Policiais na pesquisa, análise e difusão de Informações relacionadas com o fenómeno do terrorismo?	A.2.1. Necessária alteração legislativa profunda A.2.2. Necessária alteração legislativa pouco significativa A.2.3 Não é necessária nenhuma alteração legislativa
A.3. Considera vantajoso o policiamento comunitário ser orientado pelas Informações, com vista a prevenir ou mesmo recolher notícias face ao fenómeno do terrorismo? Ou as Forças e Serviços de Segurança devem recorrer a meios dissimulados, infiltrados ou encobertos?	A.3.1. O Policiamento Comunitário ajuda na prevenção do terrorismo A.3.2. O Policiamento Comunitário não tem expressão na prevenção do terrorismo A.3.3. O Policiamento Comunitário, em coordenação com outras capacidades revela-se muito útil na prevenção do terrorismo
Problemática	
B. Áreas de Complementaridade e/ou Sobreposição entre as Informações de Segurança e Informações Policiais	
Pergunta(s)	Segmento de resposta
B.1. Na sua opinião, as Informações decorrentes da atividade policial ou dos Serviços de Informações são idênticas ou são um reforço de umas para com as outras? Que Informações reforçam as outras? [Segurança ou Policial]	B.1.1. As Informações Policiais são idênticas às Informações de Segurança B.1.2. As Informações Policiais reforçam Informações de Segurança B.1.3. As Informações de Segurança são idênticas às Informações Policiais B.1.4. As Informações de Segurança reforçam as Informações Policiais
B.2. Na sua opinião, as Informações decorrentes da atividade policial ou dos Serviços de Informações, algumas preferem às outras, ou seja, existe alguma hierarquização das mesmas?	B.2.1. As Informações Policiais são mais importantes que as Informações de Segurança B.2.2. As Informações de Segurança são mais importantes que as Informações Policiais B.2.3. Não se pode estabelecer nenhuma hierarquia entre as Informações de Segurança e as Informações Policiais
B.3. Na sua opinião, será que as Informações de Segurança e as Informações policiais complementam-se? Em que medida se complementam?	B.3.1. As Informações Policiais complementam as Informações de Segurança B.3.2. As Informações de Segurança complementam as Informações Policiais B.3.3. As Informações de Segurança e as Informações Policiais ambas se complementam, dependendo da origem do fenómeno
B.4. Na sua opinião, será que as Informações de Segurança e as Informações policiais sobrepõem-se? Em que medida se sobrepõem?	B.4.1. As Informações Policiais sobrepõem-se às Informações de Segurança B.4.2. As Informações de Segurança sobrepõem-se às Informações Policiais B.4.3. As Informações de Segurança e as Informações Policiais não se sobrepõem



Quadro 4 - Problemática, perguntas e segmentos de resposta (GNR/PSP/PJ/SIS/UCAT)

Problemática	
C. Limites dos atores no processo de produção de Informações Policiais	
Pergunta(s)	Segmento de resposta
C.1. A [GNR/PSP/PJ/SIS/UCAT] produz Informações? Que tipo de informações são produzidas? (Informações de Segurança ou Informações Policiais)	C.1.1. Informações Policiais C.1.2. Informações de Segurança C.1.3. Não produz Informações
C.2. Como é que se processa a recolha de elementos (dados/notícias) para produção de informações na sua instituição?	C.2.1. Por todas as capacidades disponíveis na instituição C.2.2. Apenas por algumas capacidades disponíveis na instituição
C.3. Após a difusão das Informações Policiais, a situação ou fenómeno deverá ser acompanhado a evolução dos acontecimentos, possibilitando a atualização permanente dos mesmos. Havendo novos dados quem procede à atualização, caso o sejam recolhidos ou detetados por outro organismo? É produzido algum documento? Que tipo de documento?	C.3.1. É feito o acompanhamento da evolução da situação. Havendo novos dados é efetuado um aditamento à informação inicial C.3.2. Não feito o acompanhamento da evolução da situação. Havendo novos dados o organismo que detetou informa e é efetuado um aditamento à informação inicial
C.4. Qual o procedimento adotado, durante a fase de pesquisa, o/a [GNR/PSP/PJ], e se depara com uma situação ilícita (e.g. crime de tráfico de droga), que aparentemente, serve de financiamento ou suporte de uma célula ou organização terrorista?	C.4.1. Informa-se de imediato a Autoridade Judiciária e o OPC competente para Investigar C.4.2. Recolhe-se mais elementos do ilícito criminal e informa-se Autoridade Judiciária e o OPC competente para Investigar C.4.3. Informa-se de imediato o OPC competente para Investigar C.4.4. Tratando-se de dados relativos a financiamento ou suporte de uma célula ou organização terrorista, informa-se o SIS
C.5. Relativamente ao fenómeno do terrorismo, que tipo de Informações são produzidas? [Segurança ou Policial]	C.5.1. Informações Policiais C.5.2. Informações de Segurança C.5.3. Informações de Segurança Policiais C.5.4. Não são produzidas informações, apenas fornecemos os dados à entidade competente
Problemática	
D. Áreas de Complementaridade e/ou Sobreposição entre as Informações de Segurança e Informações Policiais	
Pergunta(s)	Segmento de resposta
D.1. Que procedimento será adotado caso o/a [GNR/PSP/PJ/SIS/UCAT] se depare com uma situação relacionada ou suspeita sobre o fenómeno de terrorismo?	D.1.1. Informa-se de imediato o SIS D.1.2. Informa-se de imediato as Forças de Segurança D.1.3. Informa-se de imediato o OPC competente para Investigar D.1.4. Acompanha-se a situação, e desenvolve-se ações de prevenção
D.2. Qual o procedimento adotado pelo/a [GNR/PSP/PJ] quando recebe Informações de outros organismos?	D.2.1. Analisa-se a Informação e difunde-se pelos escalões subordinados D.2.2. Analisa-se a Informação e difunde-se apenas o essencial para os escalões subordinados D.2.3. Analisa-se a Informação e difunde-se ações a desenvolver pelos escalões subordinados
D.3. Durante a produção de Informações relacionadas com o fenómeno de terrorismo, existe alguma troca / cedência / solicitação de dados com as outras Forças e Serviços de Segurança? Quando? Em que fase, pesquisa / análise / difusão?	D.3.1. Sim existe troca / cedência / solicitação de informações entre as Forças e os Serviços de Segurança, durante todas as fases do ciclo de produção de informações D.3.2. Sim existe troca / cedência / solicitação de informações entre as Forças e os Serviços de Segurança, apenas durante fase de pesquisa do ciclo de produção de informações D.3.3. Não existe troca / cedência / solicitação de informações entre as Forças e os Serviços de Segurança, apenas existe a difusão de informações

**Apêndice D - Respostas por entrevistado e segmento de resposta identificado****Quadro 5 - Entrevistado, excerto da resposta e segmento identificado**

Pergunta		
A.1. Considera que durante a pesquisa, análise e difusão de Informações relacionadas com o fenómeno do terrorismo, deva ser umas das exceções, em que se possa recorrer e usar todos os meios disponíveis de recolha de notícias?		
Entrevistado	Excerto da resposta	Segmento de resposta
E1	<p><i>“(…) O que o nosso Código de Processo Penal estabelece é que tudo o que não proibido é permitido, ou seja, quaisquer meios de prova valem salvo se forem declarados proibidos pela lei, e portanto, temos apenas como limite as proibições de prova que constituem, no fundo, corolários dos direitos fundamentais, na Europa Continental em geral as proibições de prova são corolários de direitos liberdades e garantias, designadamente o direito à liberdade, direito da reserva da vida privada. Neste contexto, eu diria que todos os meios de obtenção de prova deverão ser utilizados, claro que não se pode utilizar tortura, evidentemente, claro que não podem ser feitas excusas ilegais, mas todos os meios de prova são afetados legalmente para a prevenção do terrorismo, incluindo os mais intrusivos, como as excusas e as ações encobertas, a resposta é sim.</i></p> <p><i>(…) os Serviços de Informações não têm acesso a metadados (...).</i></p> <p><i>(…) no âmbito dos Serviços (...) o recurso de forma indireta a ações encobertas, (...), é evidente que essas ações encobertas não têm o mesmo sentido nem a mesma cobertura legal que as ações encobertas dos órgãos de polícia criminal.</i></p> <p><i>(…) no caso do terrorismo, em matéria de investigação criminal, só a Polícia Judiciária tem competência reservada, mas isso não exclui que os outros órgãos de polícia criminal, nessa qualidade ou até de forças e serviços de segurança, tenham um papel a desempenhar sério. Porquê? Porque o terrorismo não é uma ilha, há conexões do terrorismo com outros fenómenos criminais, e essas conexões permitem que, por exemplo, as informações colhidas a propósito de um crime de falsificação de documentos, possam ser essenciais para a perseguição de um crime de terrorismo e a investigação criminal. (...)</i></p>	A.1.2.
E2	<p><i>As informações policiais existem, e a sua sede natural é nos sistemas policiais. As informações de segurança, são uma das vertentes das informações policiais, na minha opinião, e se as considerarmos um pouco mais autónomas são um complemento das informações policiais, tudo o resto é uma inversão pós da realidade ou da força de circunstância.</i></p> <p><i>Relativamente a fenómenos como o terrorismo ou outra criminalidade violenta ou criminalidade com impacto grande na vida social, a recolha, análise e pesquisa de informações, deve ter a latitude suficiente para prevenir danos cruciais de enorme relevo (...).</i></p> <p><i>O problema não está nos meios, em Portugal nós somos muito exigentes “antes” e muito pouco exigentes no “depois”, somos muito exigentes antes porque é o não dar meios, e depois há os meios e ninguém quer saber de nada. Devemos ter em conta as boas práticas que é muito comum por essa europa, não há problema com os meios, reforçamos é o depois, ou seja, reforçamos o controlo.</i></p> <p><i>Relativamente às informações de polícia, não deve haver medo nenhum em usar os meios, em os deixar crescer (...), devendo sim ser criado um sistema de controlo externo a fim de serem garantidos os direitos fundamentais.</i></p> <p><i>Os direitos fundamentais não se garantem na teoria mais sim prática (...).</i></p>	A.1.2.



Pergunta		
A.2. Considera necessária alguma alteração legislativa, nomeadamente no SSI, com vista a melhorar o papel do SIS e das Forças Policiais na pesquisa, análise e difusão de Informações relacionadas com o fenómeno do terrorismo?		
Entrevistado	Excerto da resposta	Segmento de resposta
E1	<i>Em relação aos Serviços de Informações penso que, uma possibilidade de efetuar escutas muito restritas, em matérias de terrorismo, matérias graves de espionagem e acesso a metadados, se impõem, e creio que numa revisão constitucional se deveria fazer o necessário para permitir isso. O que me parece essencial é garantir o acesso a metadados e a interseção de comunicações em casos delimitados (...)</i> <i>Para os Órgãos de Polícia Criminal, o que me parece mais importante é reforçar a partilha de informações, portanto melhorar a plataforma integrada de informação criminal, o acesso e garantir que os princípios da necessidade de conhecer e do acesso por todos é respeitado e incentivar tanto quanto possível a criação de equipas mistas, equipas que envolvam uma cooperação entre os órgão de policia criminal.</i> <i>Eu diria que não seriam tantas alterações legislativas, mas sobretudo seria necessário na prática impor medidas que garantam a partilha de informações e o trabalho conjunto.</i>	A.2.2.
E2	<i>Depois de mais de doze anos da configuração legislativa das informações policiais, a vários níveis, especialmente nas leis orgânicas, penso que está na altura de haver maior maturidade, não só no sentido de alargamento, por exemplo no reconhecimento do papel de quem está nessas áreas, como carreira específica, serem valorizadas do ponto de vista remuneratório e simultaneamente serem admitidos como parceiros de pleno direito dentro da comunidade de informações (...).</i>	A.2.2.

Pergunta		
A.3. Considera vantajoso o policiamento comunitário ser orientado pelas Informações, com vista a prevenir ou mesmo recolher notícias face ao fenómeno do terrorismo? Ou as Forças e Serviços de Segurança devem recorrer a meios dissimulados, infiltrados ou encobertos?		
Entrevistado	Excerto da resposta	Segmento de resposta
E1	<i>Pode realmente o policiamento ajudar na prevenção do terrorismo? Sem dúvida.</i> <i>(...) é necessário os policias terem consciência como se previne, quais são os sinais, para poderem identificar na medida do possível, a iminência de um atentado terrorista, utilizando uma linguagem simplificada, que tenham uma espécie de chipe para reconhecer a situação mesmo que não estejam a pensar permanentemente nela.</i>	A.3.1.
E2	<i>Assim como um país envelhecido como o nosso, com recursos policiais envelhecidos, com dificuldades de aumentar o seu número de elementos disponíveis para um patrulhamento de proximidades, só temos duas soluções, a solução tecnológica, o que nós chamamos a polícia tecnológica, TECPOL, ou explorar, com recurso a vídeos, camaras moveis, etc..., deixar de ter o policia de clinica geral, e simultaneamente obter informações para que o os recursos que tens disponíveis estejam sempre dirigidos, e simultaneamente avaliada essa produção dirigida.</i> <i>Estamos perante o policiamento comunitário inteligente, LEDPOLICING, o policiamento orientado pelas informações permite tirar mais rendimento, consegue-se ser mais assertivo junto das pessoas, não dispersas.</i> <i>O problema é com é que crias uma rede para alimentar as informações? O que é que nos prova isto, prova uma coisa muito importante, assim como o sangue está para o corpo humano, as informações estão para o trabalho da polícia, ou seja, só tenho policiamento comunitário se houver</i>	A.3.3.



Informações de Segurança versus Informações Policiais: complementaridade ou sobreposição?

	<p><i>informações. Não há polícia sem informações porque senão não faz policiamento comunitário.</i></p> <p><i>Se forças e serviços de segurança devem recorrer a meios dissimulados, infiltrados ou encobertos, antes disso as forças de segurança devem ter uma rede local, nós temos de gerir o nosso efetivo e a sua atuação no terreno, de forma que eles sejam conhecidos no local (...)</i></p> <p><i>Estas informações recolhidas pelas nossas extensas redes, como a escola segura, entre outros, pode dirigir a polícia de acordo com as percepções das comunidades, e não por informações recolhidas por terceiros, permitindo dirigir uma atuação local das polícias de acordo com as percepções locais, que podem ser diferentes da estatística local, mas o que interessa são as precessões, a assim temos um público bem servido e do lado das forças de segurança, e muitas das vezes ao encontro das percepções dos decisores políticos locais.</i></p> <p><i>Quem é que conhece melhor o território local? É a força de segurança que está presente no local, e este é o princípio base que trabalha a informação policial.</i></p>	
--	---	--

Pergunta		
B.1. Na sua opinião, as Informações decorrentes da atividade policial ou dos Serviços de Informações são idênticas ou são um reforço de umas para com as outras? Que Informações reforçam as outras? [Segurança ou Policial]		
Entrevistado	Excerto da resposta	Segmento de resposta
E1	<i>Em geral dir-se-ia, que as informações dos serviços são instrumentais da investigação criminal, só que a relação não é assim tão linear, porque as próprias informações criminais orientam a atividade dos serviços, isto é, os serviços de informações fazem relatórios especiais de informações que é enviado para as polícias sobre o terrorismo (...).</i>	B.1.4.
E2	<i>As informações de segurança muitas vezes não são elaboradas na perspetiva do cliente, ou se preferir do aplicador final, eu com aquilo não me sirvo para nada, e às vezes em vez de dar o meio ou elemento que consideraram irrelevante era o que realmente me serve, nomeadamente para efeitos de grandes eventos ou de manutenção de ordem pública. Isto resulta de muitos outros factos, nomeadamente uma pouca interatividade e não haver circulação de pessoal de um lado e de outro.</i> <i>Na minha opinião, as informações policiais abrangem um universo sempre maior que as informações de segurança.</i> <i>O serviço de informações de segurança é uma polícia atípica.</i>	B.1.4.

Pergunta		
B.2. Na sua opinião, as Informações decorrentes da atividade policial ou dos Serviços de Informações, algumas preferem às outras, ou seja, existe alguma hierarquização das mesmas?		
Entrevistado	Excerto da resposta	Segmento de resposta
E1	<i>Não podemos colocar a questão nesse pé. Essas informações têm objetivos diferenciados, no fundo toda a informação criminal destina-se a garantir o sucesso no exercício do poder político do estado.</i> <i>Enquanto que as informações de segurança se destinam a garantir a incolumidade do estado, a sobrevivência do estado, têm uma finalidade muito diferente. Mas há relações de interdependência entre elas. Dizer que, umas são mais importantes do que outras, não tem grande sentido, porque seguem funções de soberania que interdependentes, mas diferenciadas.</i>	B.2.3.



Informações de Segurança versus Informações Policiais: complementaridade ou sobreposição?

E2	<i>Não vamos estabelecer discriminações, nem linhas de racismo. O importante das informações é o que é que eu ali obtenho para impedir ou prevenir qualquer coisa, ou para decidir? O ideal seria que o que vem de um lado para o outro se complementasse. Agora há uma coisa importante, ainda há uma cultura de desvalorização das informações de segurança. As informações policiais são um produto das forças de segurança, eu penso que muito estigma está acervado ainda do velho estado novo, as informações policiais ninguém quer negar que elas existem (...). Já é tempo que as informações policiais deixem de ser meramente toleradas, para passem a ser suficientemente valorizadas (...). (...) vantagens das informações policiais é serem obtidas dentro do próprio serviço (...) por elas já estão feitas dentro do contexto do aplicador final, e isso faz com que se tirem muitas mais valias disso.</i>	B.2.3.
-----------	--	---------------

Pergunta		
B.3. Na sua opinião, será que as Informações de Segurança e as Informações policiais complementam-se? Em que medida se complementam?		
Entrevistado	Excerto da resposta	Segmento de resposta
E1	<i>A relação, tal como eu lhe chamaria, é uma relação de interdependência funcional. As Informações dos serviços de informações, as informações ditas informações de segurança, orientam, ajudam, apoiam, a investigação criminal, ou devem fazê-lo. A investigação criminal, pode por sua vez, fornecer respostas, até certo ponto aos serviços de informações que permitam reorientar o esforço de pesquisa, portanto há uma interdependência.</i>	B.3.3.
E2	<i>Considerando que as informações de segurança também são informações policiais, eu diria que, nenhuma delas pode passar sem a outra no âmbito da estrita segurança interna. O que é que isto significa, numa dimensão global, as informações policiais poderão faltar alguns elementos de externalidade, enquanto que as informações de segurança podem obter esses elementos mais externos, nomeadamente para certo tipo de grupos mafiosos que circulam na europa, ou grupos de criminosos com intensões de políticas de fundo, possam prevenir ou evitar movimentos controlados de emigração. No mínimo complementam-se, não podem é estar de costas voltadas.</i>	B.3.3.

Pergunta		
B.4. Na sua opinião, será que as Informações de Segurança e as Informações policiais sobrepõem-se? Em que medida se sobrepõem?		
Entrevistado	Excerto da resposta	Segmento de resposta
E1	<i>Idem</i>	B.4.3.
E2	<i>Eu não acho que se sobrepõem, eu acho é que, e digo isto por uma questão teórica e não por pertencer a uma força de segurança, é de que as informações policiais são o corpo central, e as informações de segurança complementam o corpo central. Tudo tem haver com o ciclo de produção de informações, a policia faz muitas mais coisas do que fazem os serviços de informações, o que significa que ela não só, pesquisa, processa e pode tratar informações, mas também as usa na investigação criminal, a aplicação dos serviços de ordem, principalmente em grandes eventos desportivos internacionais, ou seja, quem é a fábrica onde está o produto central, é a policia, por isso,</i>	B.4.3.



	<p><i>as informações de segurança complementam as informações policiais, o contrário já é mais complicado.</i></p> <p><i>Sendo as forças de segurança também polícias e nem todas as polícias são forças de segurança, então as informações policiais das forças de segurança como é que se podem chamar? Será que também não são informações de segurança? Na minha opinião também são informações de segurança, informações de segurança policiais.</i></p> <p><i>(...) O problema das informações de segurança sozinhas não fazerem sentido, é que há outro tipo de informações, nomeadamente as criminais, que das quais muitas vezes há matéria que não é processual, não entra no processo, ou seja nem toda a informações criminal é “processualizada”, faz parte do procedimento mas não faz parte do processo.</i></p>	
--	---	--